



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO

ALINE GALÚCIO DE OLIVEIRA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM: VISÃO DE PRECEPTORES

NATAL/RN
2014

Aline Galúcio de Oliveira

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM: VISÃO DE PRECEPTORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de mestre em enfermagem.

Área de Concentração: Enfermagem na atenção à saúde.

Linha de Pesquisa: Educação e trabalho em enfermagem e saúde.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Raimunda Medeiros Germano.

NATAL/RN
2014

Apoio ao Usuário
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN – Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde

Oliveira, Aline Galúcio de.

Estágio supervisionado em enfermagem: visão de preceptores
/ Aline Galúcio de Oliveira. – Natal/RN, 2014.

80f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Raimunda Medeiros Germano.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Centro de Ciências da Saúde.

1. Enfermagem – Dissertação. 2. Educação em enfermagem –
Dissertação. 3. Preceptoria – Dissertação. 4. Hospitais de ensino –
Dissertação. I. Germano, Raimunda Medeiros. II. Título.

RN/UF/BSA01

CDU: 616-083: 37

Aline Galúcio de Oliveira

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM: VISÃO DE PRECEPTORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PGENF/UFRN), área de concentração – Atenção à saúde, linha de pesquisa – Educação e trabalho em enfermagem e saúde, grupo de pesquisa – Caleidoscópio da educação em enfermagem, como requisito para obtenção do título de Mestre em enfermagem.

Aprovado em: 13/03/2014

Profª Drª Raimunda Medeiros Germano – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof. Dr. João Bosco Filho – Avaliador Externo
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Profª Drª Rosana Lúcia Alves de Vilar – Avaliadora Interna
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Profª Drª Rosineide Santana de Brito – Avaliadora Interna
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Profª Drª Josineide Silveira de Oliveira – Avaliadora Externa Suplente
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Aos estudantes de enfermagem.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À professora Raimundinha,

Gostaria de agradecer de forma muito especial por tudo o que fez por mim, pois a senhora foi muito mais que uma orientadora de mestrado.

Obrigada por sempre me estimular e por me fazer acreditar que o pouco que eu fazia era bom. Obrigada por me ensinar valores fundamentais à vida pessoal e profissional: humildade, ética, amor, dedicação, perseverança, entre outros que a sua forma de ser e agir me ensinaram.

Obrigada por não ter desistido de mim! Sou consciente do trabalho que lhe dei como mestranda... Saiba que por vários momentos eu só continuei porque precisava honrar o meu compromisso com a senhora e porque via a sua persistência e dedicação.

A senhora é uma educadora por excelência, pois educa para além dos limites acadêmicos, educa para a vida. Nunca me esquecerei dos conselhos e orientações que recebi da senhora para o meu trabalho, meu casamento, meus filhos, enfim, para todas as áreas da minha vida.

Obrigada por estar sempre disposta a enfrentar junto comigo as dificuldades que se colocaram no caminho. Obrigada por saber me chamar à responsabilidade sem me fazer ter medo dela.

Obrigada por abrir as portas da sua casa para mim e por tornar tudo mais leve e prazeroso. Agradeço também ao seu esposo, o professor Willington Germano, por suas preciosas contribuições ao meu trabalho e pela forma acolhedora de me receber, assim como à sua filha Silvia, e aos seus lindos netos, Lucas e Gabriela, que enchiam minhas tardes de alegria. Foi muito bom conhecê-los! A senhora não poderia ter uma família diferente.

Professora, obrigada por tudo! Serei eternamente grata por sua amizade e por seus ensinamentos, minha eterna professora. Já sinto saudades da nossa convivência mais próxima. Nunca lhe esquecerei!

AGRADECIMENTOS

A **Deus** toda a minha gratidão, pela certeza de que está comigo em todos os momentos da minha vida, sejam eles fáceis ou repletos de dificuldades. A Ti, meu Senhor e Rei, todo o meu louvor por me fazer trilhar esse caminho do mestrado e por me amares tanto, incondicionalmente. Fazei de mim um instrumento em Tuas mãos, especialmente no exercício da minha profissão.

Ao meu esposo, **Alysson**, a verdadeira definição de um companheiro. Obrigada, meu amor, por estares sempre me apoiando, desde a decisão de fazer o mestrado até este momento final. Sem o seu apoio tudo seria muito mais difícil. Te amo para sempre!

Ao meu pai, **Joelson**, por sempre ter sido para mim um exemplo em todos os aspectos, pessoais ou profissionais. Obrigada, pai, por me estimular a buscar sempre o melhor e por me amar com tanta dedicação. À minha mãe, **Ana Lúcia**, que mesmo não estando mais entre nós, é uma eterna fonte de estímulo para mim, por todo o amor que dela recebi.

Aos meus irmãos, **Joelson, Anderson, Andréa e Adriana**, por torcerem sempre por minhas conquistas, e aos meus **cunhados e sobrinhos**, por encherem a minha vida de alegria com a sua presença.

À minha linda avó, **Nazaré**, e a todos os meus **familiares** por sempre se alegrarem com a minha alegria.

Aos meus sogros, **Jorge e Lília**, e a toda a **família Rodrigues**, pelo carinho e amor que têm por mim, e por vibrarem com minhas conquistas. À **Giovanna**, por seu amor sincero e carinhoso.

Aos meus irmãos da **Comunidade Cristo Ressuscitado**, amparo e alegria incomparáveis em minha vida. Obrigada pela força! Amo vocês.

Às amigas de sempre e para sempre: **Bebel, Kari, Sarah, Dany, Allyne, Priscilla e Lorena**. Viver tudo isso com vocês tornou o caminho mais leve, através das boas risadas que demos juntas (às vezes rindo de nós mesmas) e da força que me deram, principalmente nos momentos mais difíceis! Obrigada por tudo! Amo a cada uma, com o seu jeito bem particular de ser.

Especialmente à **Lorena Mara**... Sem a sua força e amizade eu não teria alcançado essa conquista.

Aos colegas de mestrado, especialmente a Rosemary (**Meirinha**). Quanta força de vontade e dedicação em uma só pessoa... Seu exemplo de perseverança foi para mim uma motivação para continuar. Obrigada pela amizade sincera!

Aos colegas do grupo de pesquisa **Caleidoscópio da Educação em Enfermagem**, especialmente à **Cecília Nogueira Valença**, pelo apoio que me deu no início das atividades de pesquisa, ainda na graduação.

À professora **Edilma de Oliveira Costa**, por seu exemplo de profissionalismo e pelo companheirismo em todos os momentos.

Às professoras **Dr^a Rosana Alves**, **Dr^a Rosineide Santana**, **Dr^a Josineide Silveira**, e ao Professor **Dr João Bosco Filho**, pelas contribuições nesse trabalho.

A todos os **colegas enfermeiros do Hospital Universitário Onofre Lopes**, que com o seu jeito acolhedor me fizeram superar as dificuldades do primeiro emprego e hoje amar trabalhar nesse hospital, onde aprendo todos dias um pouco mais. Vocês são especiais!

Particularmente agradeço à **Fátima Olivar**, pela compreensão e apoio nas minhas escalas, facilitando a conciliação entre trabalho e mestrado, e à **Françoíra Queiroz**, por dividir comigo o desafio diário de ser preceptora.

Aos **colegas** que aceitaram participar da pesquisa. Obrigada pela disponibilidade!

Aos **estudantes de enfermagem**, dos quais já fui preceptora, por tudo o que aprendemos juntos.

A **todos**, que direta ou indiretamente, contribuíram para a construção desse trabalho.

Muito Obrigada!!!

Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar a visão de preceptores de um hospital universitário acerca do estágio supervisionado em enfermagem. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, desenvolvida no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), localizado em Natal/RN. A população foi composta por onze enfermeiros assistenciais que exercem a função de preceptoria de estudantes do curso de graduação em enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Para a pesquisa empírica, realizada no período de setembro a novembro de 2013, foi utilizada a entrevista semiestruturada, envolvendo questões direcionadas ao estágio, conforme preconizam as diretrizes curriculares nacionais, no que se refere a esse componente curricular. Contou com a anuência da instituição onde se desenvolveu o estudo e a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN, conforme CAAE nº 17800613.9.0000.5537, além da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes. A análise das informações foi realizada a partir da análise de conteúdo, na modalidade temática. Desse modo, foram definidas, a priori, quatro categorias, assim nominadas: *O estágio supervisionado na visão de enfermeiros; Ser preceptor; O estágio em questão: contribuições e dificuldades; Os agentes institucionais se comunicam?* Os resultados apontam que na visão dos preceptores o estágio supervisionado é uma condição *sine qua non* para a formação do enfermeiro, visto que prepara para a vida profissional, além de ser um momento propício para o exercício da gerência e de uma maior aproximação entre teoria e prática; estimula o preceptor a se atualizar para melhor exercer a função e, ainda, proporciona uma troca de saberes entre alunos e preceptores, contribuindo, assim, para otimizar o serviço. Apesar disso, os entrevistados assinalam a existência de um distanciamento e pouca comunicação com a instituição acadêmica. Em síntese, percebe-se que os enfermeiros compreendem a importância de sua função de preceptores e do estágio supervisionado para a formação profissional. Faz-se necessário, porém, refletir sobre os caminhos a serem trilhados no enfrentamento das dificuldades nesse processo, sobretudo, no que diz respeito à relação ensino/serviço, que, mantendo-se distanciada, fortalece a dicotomia existente entre teoria e prática.

Palavras-chave: Enfermagem; Educação em enfermagem; Preceptoria; Hospitais de ensino.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the vision of tutors from a university hospital about supervised internship in nursing. It is a descriptive nature research with qualitative approach, developed at the University Hospital Onofre Lopes (HUOL), located in Natal/RN. The population was composed of eleven assisting nurses engaged the preceptorship of undergraduate course students in nursing, from the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). For the empirical research, conducted in the period from September to November 2013, the semi-structured interview involving questions directed to the stage was used, as advocate the national curriculum guidelines, as regards this curricular component. With the consent of the institution where the study has been developed and approved by the Research Ethics Committee of UFRN, as n° 17800613.9.0000.5537, besides CAAE signing an informed consent by participants. The analysis of the information was held from the analysis of content, thematic mode. Thereby four categories were defined a priori, namely: *the supervised internship in the vision of nurses; To be preceptor; The internship concerned: contributions and difficulties; Do the institutional actors communicate?* The results indicate that in the view of the supervised internship preceptors is a sine qua non for the training of nurses, considering that it prepares for professional life. Besides being a moment conducive to the exercise of management and a greater rapprochement between theory and practice, stimulates the preceptor to upgrade to better exercise the function and also provides an exchange of knowledge between students and tutors, thus contributing to optimize the service. Nevertheless, the respondents indicate the existence of a distancing and little communication with the academic institution. In summary, it is realized that the nurses understand the importance of its function of tutors and supervised stage for vocational training. It is necessary, however, to reflect on the paths to be pinched in the confrontation of difficulties in this process, especially as regards the teaching/service relationship, which, while remaining at a distance, strengthens the existing dichotomy between theory and practice.

Key words: Nursing; Education in nursing; Preceptory; Teaching hospitals.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CES – Câmara de Educação Superior

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

HUOL - Hospital Universitário Onofre Lopes

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOS – Lei Orgânica de Saúde

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

SENADEn – Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	19
2.1 OBJETIVO GERAL	19
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
3 A FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	21
4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM	25
4.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE ENFERMAGEM DA UFRN	28
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
6 QUEM SÃO OS PRECEPTORES	36
7 O DIZER E O FAZER DOS PRECEPTORES	38
7.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA VISÃO DE ENFERMEIROS	38
7.1.1 Preparação para a vida profissional	38
7.1.2 O exercício da gerência	39
7.1.3 Relação teoria/prática	40
7.2 SER PRECEPTOR	42
7.2.1 Proporciona uma troca de conhecimentos e experiências	42
7.2.2 Estimula o enfermeiro a atualizar os seus conhecimentos	44
7.2.3 Possibilita uma relação prazerosa	45
7.2.4 Contribui para a formação do enfermeiro	46
7.3 O ESTÁGIO EM QUESTÃO: CONTRIBUIÇÕES E DIFICULDADES	47
7.4 OS AGENTES INSTITUCIONAIS SE COMUNICAM?	51
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES E ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

As constantes transformações tecnológicas e científicas no mundo têm exigido, cada vez mais, iguais mudanças no processo de formação dos profissionais da enfermagem, os quais devem estar aptos a atuar de acordo com as necessidades dos serviços de saúde, adaptando-se às rápidas mudanças na sociedade. No Brasil, um dos marcos históricos para a formação desses profissionais foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), legitimado a partir da Constituição Federal de 1988, e assegurado pelas Leis Orgânicas de Saúde (LOS) – Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90.

As LOS consideram que a efetivação das políticas públicas de saúde é possível a partir da reorientação da política de recursos humanos e, conseqüentemente, pela reformulação dos currículos das instituições de ensino superior com diretrizes curriculares adequadas às necessidades do SUS (LOPES NETO et al., 2007).

Os currículos dos cursos de graduação em enfermagem vêm se adaptando a essa nova realidade, buscando romper com a dicotomia entre teoria e prática, que distanciava os estudantes em formação da prática profissional. Uma das diretrizes para efetuar tais mudanças aponta para a importância da integração ensino/serviço e, nesse contexto, apresenta-se o estágio supervisionado em enfermagem, um momento singular de aprendizagem para os futuros profissionais.

O estágio supervisionado em enfermagem surgiu no país com a instituição do currículo mínimo, em 1994, o qual tornou obrigatória a realização de estágios tanto na atenção básica, quanto na rede hospitalar ao final do curso (COSTA, 2008). Em 2001, essa estrutura foi reafirmada com a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) do curso de graduação em enfermagem.

Além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, esses cursos ficaram obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados, ambulatórios, rede básica de serviços de saúde e comunidades, nos dois últimos períodos do curso. As DCNs definiram, ainda, que, no estágio supervisionado, deve ser assegurada a efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde a prática se desenvolve, com carga horária mínima de 20% do total de horas do curso (BRASIL, 2001a).

Segundo as DCNs, a estrutura do curso de enfermagem deve assegurar, entre outras prerrogativas, que as atividades teóricas e práticas estejam presentes em toda a formação do enfermeiro, de forma integrada e interdisciplinar. Os conteúdos do curso devem contemplar as ciências biológicas e da saúde; ciências humanas e sociais e ciências da enfermagem,

formando um enfermeiro capaz de intervir sobre as necessidades prioritárias da população, segundo o quadro epidemiológico do país/região onde atua (BRASIL, 2001a).

O perfil do egresso dos cursos de graduação em enfermagem no Brasil caracteriza-se por um

enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psicosociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano. (BRASIL, 2001a, p. 1).

Para isso, espera-se o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades gerais, tais como: atenção à saúde; tomada de decisões; comunicação; liderança; administração e gerenciamento; e educação permanente (BRASIL, 2001a). Assim, tem-se, no estágio supervisionado, uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento dessas habilidades e competências, uma vez que, nesse momento da formação, o estudante vivencia a realidade do processo de trabalho do enfermeiro, aprimorando as habilidades aprendidas no decorrer do curso.

O estágio supervisionado difere dos demais estágios desenvolvidos durante o curso, as chamadas aulas práticas, pois naquele o aluno encontra-se não mais em grupo, mas desempenha, com autonomia, o que lhe é proporcionado no campo de estágio, sem a participação direta do docente, o qual atua, nesse momento, apenas na função de supervisor. Além disso, destaca-se o papel fundamental do enfermeiro assistencial, que exerce a função de preceptor desse aluno, integrando-o à equipe e dando-lhe o apoio necessário ao desenvolvimento do seu estágio.

A palavra preceptor vem do latim *praecéptor*, “o que lança mão de algo antecipadamente, o que ordena, instrui, mestre”. Esse vocábulo era utilizado, antigamente, para definir o “superior ou comendador de ordem militar” e atualmente designa “aquele que dá preceitos ou instruções; educador, mentor, instrutor.” (VILLAR, HOUAISS, 2009). Neste estudo, foi utilizada a definição de preceptor como o enfermeiro assistencial de uma unidade

de trabalho hospitalar, o qual acompanha o aluno de enfermagem em estágio, tendo como atribuições principais a orientação e a supervisão do estudante.

Como preceptor, o enfermeiro assistencial tem fundamental importância na formação dos futuros enfermeiros, visto que participa, ativamente, do processo ensino/aprendizagem no campo de prática, acompanha e avalia o desenvolvimento das habilidades do aluno no estágio, bem como facilita e intermedeia a integração deste ao serviço e à equipe de saúde (BOUSSO et al., 2000).

Cabe ao preceptor receber o aluno em sua unidade de trabalho e responsabilizar-se por acompanhá-lo, a fim de assegurar o efetivo desenvolvimento do estágio. Portanto, conforme afirmam Carvalho e Fagundes (2008), o mediador direto do aprendizado no estágio supervisionado é o preceptor, e o desempenho desse papel exige mudanças tanto para os profissionais do serviço de saúde, quanto para as instituições de ensino. O preceptor passa a desenvolver, além das atividades assistenciais, outras relacionadas à preceptoria, como, por exemplo, colaborar na elaboração, execução e avaliação dos estágios desenvolvidos em sua unidade de trabalho, e ainda supervisionar, orientar e avaliar o aluno em estágio.

O docente, por sua vez, deve ser visto para além da função de supervisor, sendo essencial a articulação deste com o preceptor para o desenvolvimento ideal do estágio, possibilitando, de fato, a integração entre ensino e serviço. Dessa forma, ele será capaz de promover transformações efetivas no mundo do trabalho e da formação, com base na identificação das suas necessidades de mudança. Para isso, o docente deve buscar e incentivar a participação do enfermeiro do serviço, desde o planejamento do estágio até a sua avaliação, levando em conta as peculiaridades do serviço e do processo de trabalho de cada enfermeiro/preceptor.

Durante o estágio supervisionado, são facultadas ao aluno atividades inerentes ao enfermeiro daquele serviço, seja diretamente na assistência aos usuários, seja nas atividades gerenciais. O estudante tem, ainda, a oportunidade de vivenciar experiências práticas, e aplicá-las nos conhecimentos adquiridos no decorrer de todo o curso. Exercita não somente as habilidades técnicas, mas também vivencia as relações interpessoais, as dificuldades e conflitos presentes nas unidades de trabalho, a política institucional e sua relação com as políticas econômica e de saúde do país, desenvolvendo-se de forma crítica e reflexiva (ITO, 2005).

Por esses motivos, reconhece-se o estágio supervisionado como um dos momentos mais importantes no curso de graduação em enfermagem, uma vez que se caracteriza como uma vivência semelhante àquela em que os profissionais atuam na prática, e como um

momento quando o aluno se sente instigado a enfrentar as situações apresentadas, utilizando-se do seu conhecimento teórico para a tomada de decisões, em busca de uma assistência adequada (HIRAGASHI, NALE, 2006).

Importa destacar que a preceptoria é uma prática relativamente recente e deve ser acompanhada de uma formação pedagógica que possibilite a capacitação dos enfermeiros para o desenvolvimento de tal função. Além disso, é preciso considerar que os profissionais dos serviços de saúde enfrentam situações problemáticas quanto à escassez de recursos humanos, precarização do trabalho e ausência de incentivo para a educação permanente. Esses e outros problemas devem ser considerados quando se pretende o desenvolvimento de uma atividade como o estágio supervisionado (TRAJMAN et al., 2009).

Carvalho e Fagundes (2008) analisaram, na perspectiva de preceptores, que a inserção dos enfermeiros assistenciais no estágio supervisionado dá-se de forma pouco participativa, tornando-se, apenas, uma atividade executada segundo os interesses da universidade. Compreenderam que os preceptores sentem a necessidade de uma aproximação mais efetiva dos professores/supervisores com os campos de estágio, possibilitando o apoio ao desenvolvimento das suas funções de preceptoria.

Além disso, as referidas autoras analisaram que não raramente o que se exige do preceptor é apenas a sua competência técnica e experiência profissional, quando se deveria cobrar dele uma competência didático-pedagógica, fundamental para o exercício da preceptoria. Apontaram também como dificuldades para o bom desenvolvimento do estágio a falta de recursos humanos, deficiências nos serviços de apoio, carência de material e de insumos. Confirmando essa ideia, Trajman et al. (2009) apontam dificuldades de ordem prática para a realização do estágio nas unidades de saúde, como espaço físico reduzido, carência de recursos, falta de tempo e despreparo dos profissionais.

Assim, faz-se necessária a reflexão sobre o modo como essa atividade tem sido desenvolvida nos diversos campos de estágio, para que não somente os alunos e instituições de saúde sejam beneficiados pela oportunidade de uma formação qualificada, com a experiência prática, mas também os profissionais dos serviços possam sentir-se contemplados pelos benefícios da articulação com a universidade.

Portanto, considerando a importância do estágio supervisionado para a formação do enfermeiro, e compreendendo o preceptor como figura essencial nesse processo, questiona-se: qual a visão do preceptor sobre o estágio supervisionado de enfermagem no hospital universitário? Como esse preceptor percebe a sua participação na formação do enfermeiro?

O interesse por esse tema surgiu inicialmente da experiência como estudante de enfermagem no último ano da graduação, quando foi possível reconhecer a importância do enfermeiro/preceptor para a formação profissional, visto que a forma de conduzir o aluno em estágio possibilitou diferentes percepções. As atitudes de alguns enfermeiros/preceptores geraram medo, angústia e sentimento de incapacidade, enquanto as de outros despertaram confiança, autonomia e prazer no exercício da profissão.

Posteriormente, ao ingressar no mercado de trabalho, especificamente em um hospital universitário, foi possível vivenciar a outra face do estágio supervisionado, agora como preceptora, identificando, no dia-a-dia, as dificuldades enfrentadas para o exercício dessa função, bem como observando a insatisfação de alguns colegas com o estágio, sobretudo no que diz respeito à relação com a instituição acadêmica.

Portanto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a visão de preceptores de um hospital universitário acerca do estágio supervisionado de enfermagem.

Espera-se, com o desenvolvimento deste estudo, contribuir para a melhoria do estágio supervisionado nas instituições de saúde, possibilitando, assim, uma melhor formação profissional e uma assistência à saúde de melhor qualidade.

Além dessa introdução, a estrutura da dissertação é composta dos seguintes capítulos: A formação em enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais, apresenta um breve histórico do ensino de enfermagem no Brasil, com destaque para as atuais diretrizes curriculares nacionais; O estágio supervisionado em enfermagem, aborda as leis concernentes ao estágio supervisionado e apresenta, especificamente, o estágio desenvolvido no curso da UFRN, campo da presente pesquisa; Procedimentos metodológicos, expõe o caminho metodológico percorrido para o desenvolvimento da pesquisa; Quem são os preceptores, apresenta a caracterização profissional dos participantes do estudo; O dizer e o fazer dos preceptores, apresenta a análise e discussão realizadas a partir das falas dos participantes, em interlocução com estudos acerca do tema da pesquisa; e, por fim, as Considerações finais.

OBJETIVOS

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a visão de preceptores de um hospital universitário acerca do estágio supervisionado de enfermagem.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a concepção de estágio supervisionado dos preceptores.
- Identificar a visão dos enfermeiros sobre a experiência de ser preceptor.
- Identificar possíveis contribuições e dificuldades no estágio supervisionado.
- Analisar a relação entre a instituição acadêmica e a instituição assistencial no âmbito do estágio supervisionado.

**A FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM E
AS DIRETRIZES CURRICULARES
NACIONAIS**

3 A FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

A criação da primeira escola de enfermagem no Brasil data de 1890, quando, no Rio de Janeiro, nasce a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, junto ao Hospital Nacional de Alienados, atualmente, denominada Escola Alfredo Pinto. Essa realização aconteceu para atender a uma crise de pessoal daquele hospital, sendo principalmente direcionada à psiquiatria e tendo seu corpo docente formado, apenas, por médicos e psiquiatras da instituição. O curso tinha duração de dois anos e seu currículo abordava aspectos predominantemente curativos (GEOVANINI et al., 2002; GERMANO, 2007).

Entretanto, a maioria dos estudos na área considera que a primeira escola de enfermagem no Brasil surgiu com a criação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), atualmente Escola Anna Nery, no Rio de Janeiro, em 1923, visto que foi a primeira a ter orientação e organização de enfermeiras. Teve início, então, no Brasil, a “Enfermagem Moderna”, ou sistema nightingaleano, como ficou conhecida, caracterizada por uma prática sistematizada e racional, alicerçada em conhecimentos científicos, em substituição a uma prática de bases empíricas (GERMANO, 2007; CARLOS, 2005).

O surgimento da Escola Anna Nery dá-se, no contexto da crise na saúde pública, na década de 1920, quando influenciou, sobremaneira, as relações comerciais do Brasil, que se davam a partir dos portos e encontravam-se ameaçadas pelas constantes epidemias. Assim, o ensino sistematizado da enfermagem, nessa escola, objetivava formar profissionais capazes de contribuir para o saneamento dos portos. Tal formação foi possível com a colaboração da Fundação Rockefeller, que enviou nove enfermeiras americanas, as quais fundaram a Escola e organizaram o serviço de enfermagem de saúde pública no Rio de Janeiro (GALLEGUILLLOS, OLIVEIRA, 2001; GERMANO, 2003).

A Escola Anna Nery passou então a ser considerada no Brasil como a escola oficial padrão, de modo que, apenas, os profissionais formados por escolas de enfermagem oficiais ou equiparadas poderiam obter o título de “enfermeiro diplomado”. Dado o contexto da época, o currículo de 1923 enfatizava, sobretudo, as disciplinas da área preventiva; havia porém, contraditoriamente, um direcionamento para a área hospitalar, já que eram exigidas das alunas longas horas de realização de práticas no hospital, sob forte influência do modelo americano (GERMANO, 2007).

Segundo Rizzoto:

Das trinta e cinco disciplinas que constavam do programa teórico, apenas quatro (11%), pode-se dizer que eram voltadas para a saúde pública, as demais se concentravam no estudo das doenças e na forma de tratamento vinculada à assistência de nível terciário que se desenvolvia dentro dos hospitais (RIZZOTO, 1995, p. 75).

Em 1949, houve a primeira mudança no currículo de enfermagem. O reconhecimento das escolas passou a ser feito pelo Ministério da Educação e Saúde e não mais pela equiparação com a Escola Anna Nery. Além disso, a lei determinou a duração do curso em trinta e seis meses; houve ampliação do conteúdo teórico, porém com fragmentação acentuada, e, ainda, fixou-se a obrigatoriedade de estágio, sem especificar a carga horária de atividades hospitalares a serem cumpridas (GABRIELLI, 2004; GERMANO, 2003).

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, o sistema formal de ensino passou a ser estruturado e reformulado de acordo com as determinações do Estado (SILVA et al., 2010). Com base nessa lei, foi fixado o Currículo Mínimo dos cursos de enfermagem com o Parecer 271/62 do Conselho Federal de Educação, com redução de 36% na carga horária do curso. O novo currículo buscava corrigir a fragmentação excessiva das disciplinas, agrupando-as em unidades menores e eliminando outras, como as ciências sociais e saúde pública. Identificava-se, portanto, um currículo predominantemente voltado às necessidades do mercado de trabalho, com enfoque para a área hospitalar (FERNANDES, LOPES, 2002).

Na década de 1980, surgem novas necessidades de saúde e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da nova Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, e da aprovação das Leis Orgânicas da Saúde (LOS), que datam de 1990. Ainda nessa década, a enfermagem brasileira intensificou o número de cursos de graduação e de pós-graduação no país, emergindo, assim, as pesquisas, que levaram os enfermeiros a repensar e criticar os modelos formadores dos profissionais de enfermagem. Nesse mesmo período, foi aprovada a Lei nº 7.498/86 e o Decreto nº 94.406/87, que regulamentam o exercício da profissão. Todos esses movimentos conduziram à nova percepção de formação dos profissionais de enfermagem e, portanto, a uma necessidade de se rever o currículo (SANTOS, 2003).

Nesse contexto, em 1994, estabeleceu-se um novo currículo mínimo para o Curso de Enfermagem, definindo o perfil do enfermeiro generalista, formado para atuar em quatro áreas: assistência, gerência, ensino e pesquisa, mas com visão de assistência holística.

Definiu-se, também, a carga horária mínima do curso, em 3.500 horas, com duração de, no mínimo, quatro anos e, no máximo, seis anos (MARTINÉLI et al., 2011; SILVA et al., 2010).

No currículo mínimo de 1994, foi instituído o estágio supervisionado conforme sua atual estrutura, tornando-se obrigatória a realização deste nos dois últimos períodos do curso, tanto na atenção básica, quanto na rede hospitalar, sob supervisão docente e buscando garantir a participação do enfermeiro assistencial (COSTA, 2008; GALLEGUILLOS, OLIVEIRA, 2001).

No ano de 1996, foi regulamentada a LDB nº 9.394/96, a qual estabelecia as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para todos os cursos de graduação, assegurando às instituições a reorganização curricular, sem a obrigatoriedade de seguir um currículo mínimo, anteriormente estabelecido (BRASIL, 1996).

Segundo o Parecer CNE/CES 1.133/2001, que trata das diretrizes para os cursos de graduação da saúde, estas devem orientar a elaboração dos currículos, garantindo a flexibilidade e a diversidade, visando:

estimular o abandono das concepções antigas e herméticas das grades (prisões) curriculares, de atuarem, muitas vezes, como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, e garantir uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional (BRASIL, 2001b, p. 2).

Em 2001, foi homologada a Resolução CNE/CES nº 3 de 07/11/2001, a qual instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, indicando a formação do enfermeiro com perfil generalista, humano, crítico e reflexivo, tendo como base o rigor científico e intelectual, pautado em princípios éticos (BRASIL, 2001a).

Para a transformação do perfil dos futuros profissionais, Lopes Neto et al. (2007) apontam como necessária a adoção de estratégias voltadas ao campo da formação e do desenvolvimento dos profissionais, tendo como base os princípios e diretrizes do SUS. Ademais, as estratégias devem estar fundamentadas no conceito ampliado de saúde; na utilização de metodologias ativas de ensino/aprendizagem; no trabalho multiprofissional e transdisciplinar; na integração entre o ensino e os serviços de saúde; e no aperfeiçoamento da atenção integral à saúde da população.

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO
EM ENFERMAGEM**

4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM

As diretrizes curriculares têm como um de seus princípios o fortalecimento da articulação entre teoria e prática, pondo em relevo, entre outros aspectos, o desenvolvimento dos estágios. De acordo com os pareceres e resoluções que instituíram as DCNs, o estágio deve estar inserido nos projetos pedagógicos de curso como atividade curricular obrigatória a ser desenvolvida diretamente nos serviços de saúde, com a participação efetiva de seus profissionais (BRASIL, 2001a; BRASIL, 2001b).

Dentre as competências gerais esperadas do egresso do curso de graduação em enfermagem, segundo as DCNs, encontra-se a de educação permanente, segundo a qual o profissional deve ser capacitado a aprender continuamente na sua formação e na sua prática. Além disso, esse enfermeiro deverá:

ter responsabilidade e compromisso com a educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, não apenas transmitindo conhecimentos, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços (BRASIL, 2001a, p. 2).

Portanto, o enfermeiro, já inserido no mercado de trabalho, deverá colaborar para a formação dos novos profissionais, entre outras formas, através do estágio.

Conforme o perfil desejado pelas atuais diretrizes, é possível constatar a relevância do estágio supervisionado para a formação do enfermeiro, como um momento ímpar de aprendizado e vivência da realidade, das mais diversas e complexas situações que farão parte do cotidiano desse profissional.

A atual legislação que rege o estágio de estudantes em toda a rede de ensino, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como um “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa [...] ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.” (BRASIL, 2008, p. 1).

Portanto, o que se espera com o estágio não é meramente o desenvolvimento ou aprimoramento de habilidades práticas, mas, sobretudo uma formação para a vida, que torne o futuro profissional capaz de atuar, nos mais diversos cenários e situações, sob aspectos técnicos, mas também éticos e sociais.

Além das diretrizes curriculares, as quais orientam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação no Brasil e enfatizam que no desenvolvimento do estágio deve ser garantida a efetiva participação do enfermeiro do serviço, a atual lei do estágio também destaca que “o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente.” (BRASIL, 2008, p. 2).

Ao longo dos anos, essa participação do enfermeiro assistencial no estágio supervisionado tem sido alvo de questionamentos e debates em nível nacional, pelas entidades da categoria, motivo pelo qual o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) tem se preocupado em esclarecer por meio de pareceres e resoluções como deve ser a participação do enfermeiro.

A Resolução COFEN nº 371/2010, que dispõe sobre a participação do Enfermeiro na supervisão de estágio de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem, em seu artigo 3º, determinou que:

Na ausência do professor orientador da instituição de ensino, é vedado ao Enfermeiro exercer, simultaneamente, a função de supervisor de estágios e as atividades assistenciais e/ou administrativas para as quais estiver designado naquele serviço (COFEN, 2010, p. 2).

Essa determinação gerou diversas discussões no âmbito da enfermagem, já que, dessa forma, o enfermeiro do serviço não poderia mais exercer a função de preceptor (supervisor direto do estágio) de forma concomitante às suas funções assistenciais. Portanto, a resolução estaria indo de encontro ao que preconizam as DCNs, as quais determinam a participação efetiva do enfermeiro do serviço no estágio.

Um importante momento de discussões ocorreu durante o 13º Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEn), de 29 de agosto a 1º de setembro de 2012, o qual divulgou a Carta de Belém (PA) para a Educação em Enfermagem Brasileira. Dentre outros aspectos relevantes para a área da educação em enfermagem, a carta destacou providências a serem tomadas quanto a problemática dos estágios realizados nos diversos níveis da formação profissional. Uma dessas providências referia-se exatamente ao texto da resolução COFEN nº 371/2010, sugerindo a exclusão do seu artigo 3º e a revogação da resolução após a redação de um novo texto (SENADEn, 2012).

Assim, em 15 de maio de 2013, o COFEN publicou a Resolução nº 441/2013, que dispõe sobre a participação do enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem. Tal resolução apresentou-se mais esclarecedora quanto à participação do enfermeiro, quando, em seu artigo 4º, esclareceu que:

É vedado ao enfermeiro do serviço da parte concedente exercer simultaneamente as funções de enfermeiro supervisor e de enfermeiro docente da Instituição de Ensino no desenvolvimento do estágio curricular supervisionado (COFEN, 2013, p. 3)

Além disso, afirmou que “é facultado ao enfermeiro do serviço participar da supervisão do estágio curricular supervisionado simultaneamente com as atribuições de enfermeiro de serviço” e reafirmou que “o estágio curricular supervisionado deverá ter acompanhamento efetivo e permanente pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente.” (COFEN, 2013, p. 3).

Outro aspecto relevante determinado pela Resolução 441/2013 foi a definição de alguns termos, dentre os quais os de atividade prática e estágio curricular supervisionado. Essa definição é importante, pois possibilita diferenciar tais atividades, que, ao longo dos anos, têm sido objeto de dúvida para aqueles que estão diretamente envolvidos em seu desenvolvimento, os quais, muitas vezes, têm tratado como estágio as atividades práticas realizadas ao longo do curso.

Assim, a referida Resolução considera como atividade prática:

toda e qualquer atividade desenvolvida pelo ou com o estudante no percurso de sua formação, sob a responsabilidade da instituição formadora, cujo objetivo seja o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes compatíveis com o exercício profissional da Enfermagem, nos níveis médio e/ou superior de formação, desenvolvidas em laboratórios específicos e instituições de saúde (COFEN, 2013, p. 2).

E define estágio curricular supervisionado como

Ato educativo supervisionado, obrigatório, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos. O

estágio faz parte do Projeto Pedagógico do Curso, que além de integrar o itinerário formativo do discente, promove o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho. Deve ser realizado em hospitais gerais e especializados, ambulatórios, rede básica de serviços de saúde e comunidade, totalizar uma carga horária mínima que represente 20% da carga horária total do curso e ser executado durante os dois últimos períodos do curso (COFEN, 2013, p. 2).

Com base no que foi abordado até o presente momento, fica evidente o estágio supervisionado em enfermagem é componente primordial para a formação dos novos profissionais, em consonância com as diretrizes curriculares e com o SUS. Observa-se que a legislação vigente acerca dessa prática tem cada vez mais buscado esclarecer a sua importância e o modo como deve ser vivenciado nos mais diversos campos, tornando-se, assim, importante instrumento de integração entre as instituições de ensino e os serviços de saúde.

Entretanto, faz-se necessário refletir se essa prática tem ocorrido conforme preconizam as DCNs e a legislação vigente, particularmente no que se refere à participação dos enfermeiros assistenciais, os quais exercem papel fundamental nesse processo de formação.

4.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE ENFERMAGEM DA UFRN

O curso de enfermagem da UFRN, criado em 1973, possui, hoje, mais de 480 alunos, sendo desenvolvido nos turnos matutino e vespertino, na modalidade de Bacharelado, com carga horária de 4.340 horas, integralizadas no tempo mínimo de 09 (nove) e no máximo de 12 (doze) semestres letivos. Atualmente, o projeto pedagógico do curso (PPC) passa por um processo de revisão com ampliação do seu tempo mínimo de integralização para 10 (dez) semestres letivos, e mais flexibilização de sua matriz curricular (UFRN, 2014).

O atual perfil do egresso do curso de enfermagem da UFRN define:

um enfermeiro que, através de uma formação geral no campo das ciências humanas, sociais e biológicas e no campo de conhecimentos próprios da enfermagem, desenvolve competências técnicas, políticas, educativas, éticas, ou seja, competências humanas do saber, saber-fazer, saber ser e saber conviver, que lhe possibilita saber agir profissionalmente, como coordenador do Processo de Trabalho da Enfermagem, com base

nos princípios da universalidade, equidade, integralidade e solidariedade, no processo coletivo de trabalho em saúde, em todos os seus espaços e áreas de inserção (UFRN, 2008, p. 36).

As atividades de ensino no curso desenvolvem-se através de disciplinas integradas obrigatórias, atividades de formação acadêmica interativas e multidisciplinares, disciplinas/atividades complementares, estágios integrados ao longo do curso e estágios supervisionados obrigatórios no último ano do curso (UFRN, 2008).

Tratando do estágio supervisionado, o atual PPC define duas atividades curriculares: “Estágio Supervisionado I: o processo de trabalho do enfermeiro na Atenção Básica de Saúde”, desenvolvido no oitavo período do curso, com carga horária de 360 horas; e “Estágio Supervisionado II: o processo de trabalho do enfermeiro na rede hospitalar”, realizado no último período, objeto desse estudo, com carga horária de 405 horas (UFRN, 2013a).

Nessa atividade curricular obrigatória, o aluno/estagiário é acompanhado pelo preceptor de campo, ou seja, o enfermeiro do serviço, tendo supervisão indireta do docente. Espera-se que o aluno desenvolva o exercício profissional, de acordo com as competências inerentes à coordenação do processo de trabalho do enfermeiro no gerenciar, assistir/intervir, pesquisar e educar, antes de ingressar definitivamente no mercado de trabalho (UFRN, 2008).

De acordo com o atual regulamento dos estágios supervisionados regulares do curso de enfermagem da UFRN (ANEXO A), os estágios são realizados em setores e unidades de saúde da UFRN, como é o caso do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), onde foi realizada a presente pesquisa, ou através de convênios com setores e unidades de saúde públicas ou privadas do município de Natal/RN (UFRN, 2013a).

Conforme o estabelecido pelas DCNs, o estágio supervisionado desse curso tem a participação dos enfermeiros dos serviços, que atuam de forma direta, como preceptores, e dos docentes do departamento de enfermagem da UFRN, os quais assumem a função de supervisão indireta dos alunos em estágio.

Como competências dos docentes supervisores desse estágio, apontam-se:

Participar do planejamento, acompanhamento e avaliação dos estágios junto à coordenação dos estágios; realizar visitas sistemáticas aos Serviços de Saúde para o devido acompanhamento dos estudantes nos estágios, com periodicidade mensal; manter contatos permanentes com os preceptores para orientação sobre o programa e o monitoramento dos estágios; realizar reuniões com os estudantes e preceptores para avaliação dos estágios; estimular a participação dos preceptores nos grupos de pesquisa do DENF (UFRN, 2013a, p.5).

Aos enfermeiros preceptores dos serviços de saúde cabem as seguintes atribuições:

Receber o estudante na unidade de saúde; acompanhar diretamente o aluno nas atividades desenvolvidas mediante o programa dos estágios; apoiar os estudantes por meio de orientações e supervisão conforme as necessidades demandadas; manter contatos permanentes com o docente supervisor para mantê-lo informado sobre o andamento dos estágios; realizar avaliações periódicas do desempenho do aluno conforme orientação do docente supervisor; participar das reuniões com alunos e docentes supervisores para avaliação dos estágios; participar de atividades de formação/qualificação promovidas pelo Departamento de Enfermagem, especificamente para o desenvolvimento das atividades de preceptoria (UFRN, 2013a, p. 5).

Conforme pode-se observar, a interação entre os agentes institucionais é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento e êxito do processo ensino/aprendizagem vivenciado na experiência do estágio supervisionado.

**PROCEDIMIENTOS
METODOLÓGICOS**

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, a qual trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, correspondente a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004).

O trabalho foi desenvolvido no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), localizado no município de Natal/RN, Brasil, o qual integra o Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), caracterizando-se como hospital de ensino para alunos de nível médio, graduação e pós-graduação da área da saúde.

A fundação do HUOL data de 12 de setembro de 1909, recebendo inicialmente a denominação de “Hospital de Caridade Juvino Barreto”, passando a denominar-se, em 1935, “Hospital Miguel Couto”. Em 1960, passou a ser considerado hospital-escola, integrando-se à UFRN, passando a ser chamado “Hospital das Clínicas”. Manteve esse nome até 1984, quando em homenagem ao criador da UFRN, recebeu a denominação de “Hospital Universitário Onofre Lopes” (CARLOS, 2005).

O HUOL tem como missão “promover de forma integrada o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência, no âmbito das ciências da saúde e correlatas, com qualidade, ética e sustentabilidade.” (UFRN, 2013b, p.2). Atualmente, presta serviços médico-hospitalares à população, contemplando desde o atendimento ambulatorial até serviços de alta complexidade. Sua estrutura é composta por 254 leitos de internação, além de centro cirúrgico, ambulatórios de diversas especialidades, serviço de hemodiálise, centro de diagnóstico por imagem, entre outros serviços.

A escolha por esse hospital justifica-se por ser referência na formação de profissionais da saúde, particularmente, de enfermagem, tendo sido o primeiro hospital a servir de campo para a realização do estágio supervisionado do curso de enfermagem da UFRN. Além disso, por se tratar de um hospital de ensino, aumenta o compromisso de seus profissionais com a formação de estudantes, razão pela qual representa o *locus* por excelência, para efetivar um estudo dessa natureza.

O quadro de enfermeiros do hospital conta com 85 profissionais distribuídos entre os setores de enfermagem de clínica médica e cirúrgica; unidade de terapia intensiva; diálise; centro cirúrgico; ambulatórios; comissão de curativos; comissão de controle de infecção hospitalar; núcleo de epidemiologia; centro de diagnóstico por imagem; auditoria; e supervisão.

Desses, 23 assumem atualmente a função de preceptoria de alunos em estágio supervisionado de enfermagem, uma vez que essa atividade se desenvolve apenas nos seguintes setores: enfermarias de clínica médica; enfermarias de clínica cirúrgica; unidade de terapia intensiva; e setor de diálise.

Como critérios de inclusão, elegeram-se os seguintes: trabalhar diretamente na assistência aos pacientes e ser preceptor de alunos de enfermagem, da UFRN, em estágio supervisionado no HUOL, há, pelo menos, um ano.

Foram excluídos da pesquisa aqueles enfermeiros que atuaram como preceptores casualmente, isto é, que não acompanharam os alunos durante o desenvolvimento de todo o estágio; e aqueles que, no momento da pesquisa, desempenhavam funções administrativas na instituição, isto é, que não estavam trabalhando diretamente na assistência.

Considerando, portanto, tais critérios, bem como a aceitação em participar da pesquisa, a população estudada foi composta por 11 enfermeiros/preceptores.

Em cumprimento aos princípios éticos e legais que regem a pesquisa com seres humanos, dispostos na Resolução Nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde, inicialmente foi solicitada à direção geral do HUOL a autorização para realização da pesquisa, bem como para a utilização formal do nome da instituição no relatório final da investigação (BRASIL, 2012).

Após a autorização, o projeto foi enviado para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN. Com a emissão de parecer favorável (ANEXO B), CAAE nº 17800613.9.0000.5537, seguiu-se a realização das entrevistas, nos dias e horários preestabelecidos junto aos participantes.

Para seleção dos enfermeiros, foi solicitado o apoio da gerência de enfermagem do hospital, a fim de identificar todos os profissionais, bem como suas unidades de trabalho. Inicialmente, era estabelecido um contato individual com estes, esclarecendo os objetivos da pesquisa e a possibilidade de participação na investigação. Diante da disponibilidade do enfermeiro em participar, a entrevista era agendada em data e horário dentro de seu turno de trabalho.

No dia da entrevista, após serem esclarecidos os objetivos da pesquisa, o caráter voluntário e sigiloso das informações e os possíveis riscos, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), de acordo com os princípios da Resolução Nº 466/2012 do CNS.

Assim, prosseguiu-se com a entrevista (APÊNDICE B), que foi gravada com a autorização do participante, com vistas a garantir a fidedignidade das informações. Esta foi

dividida em duas partes, sendo a primeira composta de questões relacionadas à caracterização dos enfermeiros participantes da pesquisa. Na segunda parte, as questões buscaram responder, especificamente, aos objetivos do estudo, conforme as categorias de análise estabelecidas *a priori*, com base nas DCNs.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e, posteriormente, analisadas através da técnica de análise de conteúdo, na modalidade de análise temática, de forma a descobrir núcleos de sentido presentes na comunicação, os quais, de acordo com sua presença ou frequência, tivessem significado para o objetivo analítico do estudo.

Para tanto, foram estabelecidas quatro categorias *a priori*, em consonância com os objetivos do estudo, assim nominadas: *O estágio supervisionado na visão de enfermeiros; Ser preceptor; O estágio em questão: contribuições e dificuldades; Os agentes institucionais se comunicam?*

Assim, a análise foi realizada seguindo três etapas: a pré-análise, com leitura flutuante dos depoimentos transcritos a partir das gravações, tendo como bússola norteadora os objetivos do estudo; a exploração do material, selecionando as falas dos participantes e organizando os temas, segundo as categorias predeterminadas; e o tratamento das respostas obtidas, com a interpretação dos resultados, tendo como aporte teórico autores que tratam sobre o tema, como Paulo Freire, Carvalho e Fagundes, Coliselli et al., e, principalmente, as diretrizes curriculares nacionais.

Para garantir o anonimato dos participantes, eles foram identificados como E1, E2, E3, sucessivamente.

**QUEM SÃO OS
PRECEPTORES**

6 QUEM SÃO OS PRECEPTORES

Visando conhecer melhor os participantes da pesquisa, iniciou-se a entrevista com questões fechadas, incluindo os seguintes dados: idade; sexo; nível de formação; tempo de formação em enfermagem; tempo de atuação como enfermeiro no Hospital Universitário Onofre Lopes; atuação como docente; setor de trabalho e tempo de exercício de preceptoria.

Assim, dos onze enfermeiros entrevistados, oito são do sexo feminino e três do sexo masculino, com média de idade de 35,7 anos.

Quanto ao nível de formação obteve-se que nove enfermeiros têm especialização concluída; um tem especialização em andamento; dois concluíram o curso de mestrado; dois estão com o mestrado em andamento; e um com o doutorado em andamento.

Embora nenhum dos entrevistados exerça atividade docente no momento, todos possuem algum nível de pós-graduação, demonstrando seu interesse em se qualificar para o exercício das diversas funções desempenhadas no cargo de enfermeiro.

O tempo de formação em enfermagem é, em média, de 8,6 anos, sendo que três enfermeiros possuem de 2 a 5 anos de formados; dois possuem de 6 a 10 anos; três apresentam de 11 a 15 anos; e três com mais de 15 anos de formados.

Portanto, os alunos em estágio supervisionado no HUOL vivenciam a prática tanto com enfermeiros recém-formados, quanto com aqueles que têm maior experiência, fato que, certamente, enriquece o aprendizado.

Considerando o tempo de atuação como enfermeiros do hospital universitário houve variação de 1 a 11 anos de trabalho, sendo que a maioria é enfermeiro do HUOL há mais de 5 anos, com média de 6,3 anos.

Quanto ao setor de trabalho, os participantes se distribuem da seguinte forma: seis trabalham em enfermarias de clínica cirúrgica; dois em enfermarias de clínica médica; dois em Unidade de Terapia Intensiva e um no setor de diálise.

Sobre a frequência com que foram preceptores no HUOL, todos os participantes informaram que, desde o início do trabalho no hospital, atuam acompanhando alunos em estágio. Portanto, a média de tempo como preceptores foi de 12,6 semestres, sendo que o mínimo foi de 2 semestres e o máximo de 22 semestres.

Esse dado revela que a preceptoria tem sido incluída como uma atividade inerente às ações dos enfermeiros desse hospital, de modo que, ao iniciar sua atuação, estes são imediatamente incluídos como preceptores dos alunos de enfermagem, independente do tempo de experiência profissional ou de outros requisitos.

**O DIZER E O FAZER DOS
PRECEPTORES**

7 O DIZER E O FAZER DOS PRECEPTORES

Neste espaço, retoma-se a discussão acerca do estágio supervisionado em interlocução com os resultados da pesquisa empírica, oriundos da fala dos entrevistados, com apoio nas DCNs e em autores que tratam sobre o objeto do estudo, constituindo, portanto, a essência da presente investigação. As categorias definidas, para essa análise, foram assim nominadas: *O estágio supervisionado na visão de enfermeiros; Ser preceptor; O estágio em questão: contribuições e dificuldades; Os agentes institucionais se comunicam?*

7.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA VISÃO DE ENFERMEIROS

Após promover uma breve discussão sobre o estágio supervisionado em enfermagem segundo as diretrizes curriculares nacionais (DCNs), solicitou-se que os enfermeiros falassem sobre a sua visão a respeito desse estágio na formação dos estudantes no HUOL.

Pela análise das respostas, destacaram-se três núcleos de sentido, os quais expressaram a visão dos participantes, demonstrando que o estágio é uma preparação para a vida profissional; uma oportunidade para o exercício da gerência e para uma maior aproximação entre teoria e prática.

7.1.1 Preparação para a vida profissional.

De acordo com a Lei 11.788/2008, o estágio “visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.” (BRASIL, 2008, p.1).

Essa atividade curricular tem sua importância no desenvolvimento da competência profissional, através da inserção do estudante em contextos de aprendizagem que favorecem o contato com a prática, a mobilização dos saberes adquiridos no decorrer do curso e a caminhada para a identidade profissional (ALARCÃO; RUA, 2005).

Na visão dos enfermeiros entrevistados, o estágio supervisionado configura-se como fundamental para a formação profissional, proporciona ao estudante a vivência da realidade em serviço e possibilita o exercício de habilidades como autonomia, liderança, tomada de decisões, gerenciamento, entre outras.

É considerado como uma preparação para a vida profissional, uma vez que, no estágio, o estudante pode exercer as mesmas atividades do enfermeiro, tendo no preceptor um suporte para sanar suas dúvidas e adquirir novos conhecimentos acerca da prática, antes de adentrar o mercado de trabalho.

O aluno vai desenvolver uma autonomia, para que ele possa se preparar para enfrentar o mercado de trabalho. Então, a meu ver, o estágio é essencial. (E3)

É na vivência do estágio supervisionado, passando pelo papel do enfermeiro, que você pode se preparar para a vida profissional. (E7)

Eu acho o estágio muito importante. É um período em que o aluno pode errar, pode ter dúvidas, porque tem um suporte. A gente deve dar liberdade para que ele possa ser o gerenciador do serviço. [...] É uma preparação para a vida profissional. (E6)

As diretrizes curriculares declaram que a formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício de competências e habilidades específicas; e entre estas, encontra-se o desenvolvimento de formação técnico-científica que qualifique o estudante para o exercício profissional (BRASIL, 2001a).

Assim, o estágio, realizado nos dois últimos semestres do curso, apresenta-se como essencial a essa formação, pois as experiências vivenciadas possibilitam o aprendizado em situações reais, a partir de uma visão global acerca da assistência de enfermagem.

7.1.2 O exercício da gerência

Os participantes destacaram o estágio como uma oportunidade para o exercício da gerência e administração, visto que, diferente dos demais momentos de prática vivenciados ao longo do curso, o aluno tem a possibilidade de se apropriar da visão global daquele contexto no qual se insere. Dessa forma, pode atuar não somente na assistência ao paciente internado naquele serviço, mas também no gerenciamento do trabalho.

É o momento em que eles vão ver de fato a assistência, ver de uma forma global como é gerenciar o serviço e adquirir autonomia. (E2)

É onde ele vai aprender a ser enfermeiro, dependendo da oportunidade concedida pelo preceptor. Vai aprender, por exemplo, a gerenciar uma equipe. (E5)

É importante que o aluno aproveite todas as oportunidades surgidas no serviço, procurando tirar suas dúvidas [...] o interesse dele nessa reta final é superinteressante. É um momento também de vivenciar algumas barreiras em relação aos técnicos, realidade a ser enfrentada, por vezes, na vida profissional. (E11)

A administração e gerenciamento estão entre as competências/habilidades que as DCNs apresentam como objetivos na formação do enfermeiro e sobre essas afirmam:

Os profissionais devem estar aptos a fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde (BRASIL, 2001a, p. 2).

Apesar de os preceptores não terem demonstrado um conhecimento mais profundo sobre as diretrizes curriculares nacionais e até mesmo acerca do projeto pedagógico do curso da UFRN, identificam a importância do desenvolvimento da gerência/administração no estágio. Sabe-se que essa atividade é inerente ao trabalho da enfermagem desde o início da profissão. Assim, aumenta, sobremaneira, a relevância que deve ser dada a esse componente curricular, tanto no âmbito assistencial quanto no acadêmico.

7.1.3 Relação teoria/prática

O fortalecimento da articulação entre teoria e prática é um dos princípios das DCNs e o estágio supervisionado figura como um dos componentes primordiais a essa articulação. Conforme as diretrizes, o estágio deve ser incluído nos projetos pedagógicos dos cursos de enfermagem, sendo desenvolvido dentro dos serviços de saúde, com a participação efetiva dos seus profissionais (BRASIL, 2001a; BRASIL, 2001b).

Portanto, é indispensável a inserção do estudante em ambientes onde ocorre a prática de sua profissão, pois a formação recebida em sala de aula, embora seja fundamental, não é capaz, por si só, de tornar os profissionais aptos ao exercício de sua função (FELÍCIO; OLIVEIRA, 2008).

Os enfermeiros/preceptores apontaram o estágio supervisionado como um momento essencial para essa articulação teoria/prática, considerando que, é na vivência da realidade do serviço de saúde, que teoria e prática se materializam no processo de cuidar. Representa um contexto de grande significação para o estudante, na medida em que pode vivenciar a articulação entre os conhecimentos teóricos adquiridos e a prática.

Vejo o estágio supervisionado como primordial para a formação, porque é como se conseguisse aplicar o que é significativo na prática, porque às vezes a teoria fica muito distante. (E7)

Seria interessante que esse período fosse até maior, é quando o aluno relaciona teoria e prática, com a realidade, sem o professor perto. Acho que é a parte mais importante do curso. É onde o aluno vai ter o fechamento de tudo o que ele aprendeu durante a formação na graduação. (E9)

É fundamental pro aluno vivenciar a prática, sentir o desafio que ele vai enfrentar na profissão, na resolução dos problemas das atividades diárias, que nem sempre são as mesmas da teoria. (E10)

O estágio representaria, portanto, uma situação enfrentada pelo aluno muito semelhante àquela em que os profissionais enfermeiros atuam, na qual o mesmo precisa utilizar todo o aporte teórico e prático até então adquirido, para prestar assistência aos seus pacientes/clientes (HIRAGASHI; NALE, 2006).

Essa experiência permite ao estudante a inserção e atuação no contexto da prática assistencial da enfermagem, com uma consistente relação teoria/prática, que os torna sujeitos provocadores de mudanças nos espaços da produção social da saúde, contribuindo, assim, para a consolidação do SUS (COLISELLI et al., 2009).

Segundo as DCNs, a estrutura dos cursos de graduação em enfermagem devem assegurar:

A articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença (BRASIL, 2001a, p.5).

Portanto, o estágio se apresenta como um momento singular para essa articulação entre ensino, pesquisa e assistência, com a participação do estudante, do professor da universidade e do enfermeiro do serviço. Essa articulação, quando bem conduzida, favorece o aprendizado do aluno.

Devido à importância dessa relação teoria/prática, as diretrizes determinam também que as atividades teóricas e práticas estejam presentes em toda a formação do enfermeiro, desde o início do curso, com ações integradas e interdisciplinares (BRASIL, 2001).

No entanto, o próprio projeto pedagógico do curso de enfermagem da UFRN reconhece as dificuldades em assegurar a interdisciplinaridade e articulação ensino/trabalho,

frente a uma estrutura que privilegia a disciplinarização e departamentalização do ensino e dos conteúdos (UFRN, 2008).

Portanto, embora não se possa afirmar a existência de uma completa adequação do projeto pedagógico do curso às diretrizes curriculares nacionais, entende-se que a formação é um processo em contínua construção e transformação. Para isso, é fundamental o compromisso de todos os partícipes envolvidos nessa relação pedagógica.

7.2 SER PRECEPTOR

A segunda categoria analisada diz respeito à visão dos enfermeiros acerca da experiência de ser preceptor. Pretendeu-se identificar como esses profissionais concebem a sua função na formação dos novos enfermeiros e como veem essa prática no contexto do hospital universitário.

Na visão dos participantes, o preceptor é fundamental na formação dos novos enfermeiros, pois ele direciona as atividades do estudante em estágio, orientando e facilitando o processo ensino/aprendizagem. Admitem, igualmente, que essa função é de grande responsabilidade para eles e que o interesse do aluno é condição *sine qua non* para o êxito da experiência. Ademais, proporciona ao aluno vivenciar a prática do enfermeiro, dando-lhe o suporte no desempenho de suas atividades no cotidiano profissional, e, ainda, estabelece um elo entre o aluno, o paciente e a equipe multiprofissional envolvida na assistência.

7.2.1 Proporciona uma troca de conhecimentos e experiências.

Os entrevistados consideram que a experiência de ser preceptor tem sido gratificante, especialmente por constituir um processo de aprendizado mútuo, em que se estabelece uma relação de troca entre o enfermeiro e o aluno. O primeiro compartilha, sobretudo, o seu conhecimento da prática assistencial, contribuindo para a formação do estudante; o segundo traz da academia novos conhecimentos acerca dessa prática, possibilitando uma atualização para os enfermeiros do serviço.

Eu acho muito bom, eu acho que é gostoso, passar a experiência, trocar ideias, aprender também. (E1)

Eu acho que tem sido positiva a experiência, porque eles têm sempre algo a ensinar. Apesar da pouca experiência, a gente tem sempre algo a aprender com eles. É bom você ter o contato com a academia. (E8)

Tem sido uma experiência muito boa. Além de passar os meus conhecimentos pra eles, trocamos conhecimentos também. E eles trazem muitas novidades, porque a gente vai ficando um pouco acomodado com o tempo. (E2)

Assim, percebe-se que o estágio supervisionado reafirma sua importância, pois a práxis transforma não somente o estudante, mas também o serviço, uma vez que, para planejar e executar a sua assistência, o aluno utiliza como instrumento conhecimentos teóricos atualizados, contribuindo, portanto, para a transformação dos serviços de saúde onde se insere (BENITO et al., 2012).

Essa relação de troca estabelecida entre preceptor e estudante revela a ideia de Paulo Freire, o qual afirma que “embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado.” (FREIRE, 2011, p. 25).

O autor complementa o seu pensamento, afirmando que “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que o conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (FREIRE, 2011, p. 25).

Essa ideia de troca de conhecimentos é reforçada pelos enfermeiros quando consideram que, com o passar do tempo, atuando, apenas, na prática assistencial, distanciam-se do conhecimento acadêmico. Por isso, para eles, a preceptoria é uma experiência válida, uma oportunidade de também aprender, obter novos conhecimentos com os estudantes em formação.

Eu adoro ser preceptora! Eu gosto muito! A gente aprende muito, porque eles questionam e a gente vai buscando... A gente percebe que há uma diferença quando você tem estudante e quando você não tem. Muitas vezes você não tem estímulo pra pesquisar alguma coisa, aí vem o aluno e faz aquela pergunta. Então, isso estimula. É muito bom. (E9)

Alguns alunos chegam no setor e somam, contribuem com a sua experiência, com o seu conhecimento. Trazem, por exemplo, muita coisa de semiologia pra gente, que tá fora da academia, que tá só na prática[...] eles trazem muitas novidades. (E3)

É muito boa, porque nós, que já não estamos mais no meio acadêmico, aprendemos muitas coisas novas que eles trazem da universidade, que a

gente não tem oportunidade de ver aqui na prática, de estudar, de acompanhar o tempo todo [...] é uma troca de informações. (E10)

Essa experiência é de aprendizado mútuo. Porque tem sempre uma mudança na prática que às vezes você por já estar formado não tem tanto acesso. (E7)

Em síntese, essa troca de conhecimentos e experiências é salutar tanto para o estudante quanto para o preceptor, visto que contribui para o crescimento científico da profissão.

7.2.2 Estimula o enfermeiro a atualizar os seus conhecimentos.

Além da atualização de conhecimentos que ocorre por meio das inovações proporcionadas pelos alunos para a assistência de enfermagem, os preceptores reconhecem que também buscam por si mesmos essa atualização, pois consideram a preceptoria como uma atividade de grande responsabilidade. Por isso, buscando propiciar uma boa experiência de aprendizado para os estudantes, o preceptor sente-se estimulado a se atualizar constantemente, a fim de se capacitar para o exercício da atividade, como se percebe nas falas a seguir:

É uma forma de você crescer profissionalmente também, porque força a estudar. Você está recebendo aluno então tem que estudar, se atualizar e eu acho isso importante. Ser preceptora é uma grande responsabilidade. (E7)

Ser preceptor tem sido muito bom pra mim. Eu gosto muito de estudar. Então, para cobrar algum conhecimento do aluno eu tenho que estudar mais, rever coisas que eu não via há muito tempo, e acabo aprendendo coisas novas. Então, assim... é muito bom [...] Eu me sinto completo. (E6)

Conforme afirmam Guizardi et al. (2006), a presença do estudante e o seu desejo de aprender fazem com que os profissionais se sintam obrigados a repensar suas práticas, valorizando ainda mais o cuidar, a intervenção técnica adequada e a necessidade de estudar e pesquisar mais para agir.

Revela-se, portanto, uma contribuição valiosa à assistência de enfermagem, na medida em que desperta o interesse do preceptor pela necessidade de atualização, por vezes, negligenciada pela própria instituição de saúde. Assim, o enfermeiro se qualifica para o exercício da preceptoria e, conseqüentemente, acrescenta mais qualidade ao seu fazer cotidiano, otimizando o serviço como um todo.

7.2.3 Possibilita uma relação prazerosa

Os enfermeiros afirmam que a preceptoria é uma experiência prazerosa, no entanto depende, em parte, do interesse do aluno em contribuir para essa experiência de aprendizagem.

Tem sido prazeroso, muito agradável. Eu sinto falta deles quando eles não vêm. Agora isso depende também do perfil do enfermeirando. Quando ele vem realmente aberto pra aprender é mais fácil do que aqueles que têm alguma resistência... (E2)

Ser preceptor é prazeroso, mas algumas vezes é frustrante. É prazeroso por poder dividir com o aluno a minha experiência [...] quando o aluno se interessa é um prazer. Quando o aluno não se interessa, quando vem só para cumprir a carga horária, ele se torna pesado para o preceptor e isso é frustrante. (E3)

Gosto de ser preceptora, mas alguns alunos demonstram mais interesse do que outros e assim é melhor [...] É chato quando o aluno não mostra interesse, não é proativo... (E10)

Tem sido uma experiência boa. Cada turma que vem é um desafio novo. Num mesmo semestre tem alunos interessados, tem outros menos interessados... mas é muito boa, essa prática, de acompanhar [...] Quando a gente tem enfermeirandos que não demonstram tanto interesse, então se torna mais cansativo. Mas quando você encontra aquele enfermeirando interessado em adquirir conhecimento, aí é muito bom, vale a pena, é muito prazeroso. (E11)

É pertinente recorrer, mais uma vez, ao pensamento freiriano, que alerta quanto à necessidade de o aluno se assumir como sujeito na produção do saber, compreendendo que ensinar não é meramente *transferir conhecimento*, e sim criar os meios para que este seja construído (FREIRE, 2011).

Portanto, se o aluno não desperta para o interesse no aprendizado, que se dá no cotidiano do estágio supervisionado, pouco valerá o esforço do enfermeiro em querer ensinar, criando as possibilidades para tal. É necessário que o aluno também se assuma como sujeito desse processo formativo.

Corroborar esse pensamento os princípios das DCNs, os quais esperam que os projetos pedagógicos dos cursos de enfermagem sejam centrados no aluno como sujeito da aprendizagem, de modo que o professor atue como facilitador e mediador nesse processo (BRASIL, 2001a).

É importante, portanto, favorecer estratégias que permitam o processo ensino/aprendizagem nessa perspectiva. Entretanto, faz-se necessário também refletir sobre os motivos que têm levado alguns estudantes a vivenciar o estágio supervisionado com desinteresse e pouco compromisso, apesar da importância desse componente curricular.

7.2.4 Contribui para a formação do enfermeiro

Quando questionados sobre a sua função de preceptores, os enfermeiros do hospital universitário consideraram-na como essencial à formação profissional, uma vez que conduzem o aluno em estágio ao aprendizado e aprimoramento de suas habilidades. Igualmente, representa, para eles, uma responsabilidade tão significativa quanto a docência exercida em sala de aula.

O preceptor é de fundamental importância, porque os alunos ainda não são preparados. Então, nós é que vamos direcionar o conhecimento deles e ensiná-los a caminhar com segurança [...] seremos exemplos para eles na vida profissional. (E2)

Eu acho que o bom estágio é feito com as boas oportunidades e com a boa preceptoría. Se o aluno é bem recebido pelo preceptor e tem o suporte dele, o estágio é satisfatório. (E6)

Ser preceptora é uma responsabilidade grande [...] Eu acho que a minha função é tão importante quanto a do professor lá da teoria, lá das disciplinas iniciais de prática. (E9)

Eu tento ensiná-los da melhor forma possível, ensiná-los o que eu aprendi, o que eu ainda continuo aprendendo. (E10)

Assim, os preceptores percebem que sua função vai além de proporcionar algum conhecimento específico ao aluno, pois se veem como exemplos que os estudantes terão logo mais, ao se adentrar no mercado de trabalho. Ressaltam também a importância de formar não somente enfermeiros, mas cidadãos, que pensem e tenham atitudes críticas sobre a sua realidade.

A função do preceptor na formação do enfermeiro, portanto, é fundamental, principalmente quando se considera que o estudante está sendo formado para exercer uma profissão da qual se exige cotidianamente a tomada de decisões que interferem diretamente na vida de outras pessoas (CARVALHO; FAGUNDES, 2008).

Assim, deve-se dizer, ainda, que o estágio é um *locus* de aprendizagem por excelência. Na observação das atitudes do preceptor, atuando com ele, é que os estudantes exercem sua capacidade de organização, pensamento crítico, relações interpessoais, liderança, comunicação, tomada de decisões, entre outros aspectos importantes.

7.3 O ESTÁGIO EM QUESTÃO: CONTRIBUIÇÕES E DIFICULDADES

Na visão dos entrevistados, o estágio supervisionado, ao longo dos anos, tem dado relevantes contribuições não só à formação dos novos profissionais, mas também ao serviço de saúde no qual se realiza a atividade. Porém, apesar de sua reconhecida importância, os preceptores também relatam que o estágio é permeado por dificuldades no seu desenvolvimento.

Essa visão dos enfermeiros está representada no quadro abaixo:

Quadro 1. Contribuições e dificuldades no estágio supervisionado na visão de enfermeiros/preceptores.

CONTRIBUIÇÕES	DIFICULDADES
Novos conhecimentos da academia para o serviço assistencial através dos estudantes.	Pouco tempo para a preceptoria.
Atualização constante dos conhecimentos dos enfermeiros.	Alta demanda de trabalho.
Mudanças no cotidiano do serviço.	O desinteresse por parte do aluno.
Mudança da carga de trabalho do enfermeiro.	A ausência do docente/supervisor.

FONTE: Dados da pesquisa

Para os entrevistados, a principal contribuição do estágio supervisionado para o serviço acontece quando os estudantes trazem da academia novos conhecimentos acerca da prática, atualizando não só os enfermeiros, mas também toda a equipe de enfermagem. Na visão dos participantes, essa interação é fundamental e favorece o crescimento do serviço, conforme as falas a seguir:

A presença do aluno aqui é boa pro serviço, porque a equipe de enfermagem passa a ter uma outra referência de enfermeiro no setor. Alguns alunos ali, no dia a dia, conseguem se relacionar com o técnico de enfermagem e trazer algum conhecimento, ensinar alguma coisa que ele sabe e que o técnico não sabe. (E6)

Traz procedimentos novos, técnicas novas... O próprio TCC que eles apresentam no final do estágio, já é uma contribuição... (E9)

Sim, o estágio tem trazido contribuições, principalmente quando há essa troca, quando eles preparam, por exemplo, uma aula para os técnicos, quando há essa interação. O aluno traz coisas novas pra gente. (E11)

Além disso, o estudante ao participar das atividades do estágio, às vezes, tem uma visão diferente e, ao questionar determinadas ações ou procedimentos, possibilita ao enfermeiro refletir e, ao mesmo tempo, repensar o seu processo de trabalho.

Sim, o estágio traz muitas contribuições, porque o serviço também cresce. Às vezes o aluno faz certos questionamentos ou colocações, que levam você até a modificar determinadas coisas no setor, melhorando o serviço. Eu acho que é muito válido, sim. (E7)

Portanto, a presença dos estudantes no serviço, às vezes, traz à tona questões já acomodadas pela equipe no seu processo de trabalho e, assim, questionando e confrontando a organização do serviço, possibilita novas formas de intervenção (MACÊDO et al., 2006).

E, ainda, como acrescentam Guizardi et al. (2006):

A presença do estudante muitas vezes instiga a desnaturalização do trabalho, atuando como um convite ao deslocamento desses profissionais de suas referências de estabilidade, no que essas estreitam a complexidade de sua intervenção e a demarcam como cristalização de práticas não refletidas. Nesse sentido, tende a produzir nos profissionais de saúde, no momento do atendimento, uma postura mais cuidadosa e atenta às necessidades de saúde da população. (Guizardi et al 2006, p. 168)

Apesar de não ter como objetivo fornecer mão de obra para o serviço, o estágio também contribui através da atuação dos estudantes, os quais compartilham das atividades do enfermeiro, diminuindo, assim, a carga de trabalho a ser desempenhado pelo profissional.

Sim, principalmente quando o setor tá superlotado, tem muita gente, eles ajudam a gente. É claro que a gente tem que observar, mas eles ajudam muito, nos ajudam bastante. (E10)

O aluno não atrapalha, pelo contrário, ajuda. Porque acaba dividindo atividades e complementa o trabalho da gente. (E4)

Destaca-se que essa mesma visão foi utilizada por alguns enfermeiros para apontar o pouco tempo como dificuldade no desenvolvimento do estágio. Para eles, a presença do estudante faz com que atividades corriqueiras sejam desenvolvidas com um tempo maior pelos enfermeiros e isso, por vezes, é prejudicial, principalmente quando há uma sobrecarga de trabalho no setor.

Os preceptores destacaram também que a contribuição do estágio para o serviço já foi mais efetiva em outros tempos e que, atualmente, sentem contribuir mais para a formação dos alunos do que receber contribuições. De certo modo, essa visão está também atrelada ao desinteresse do aluno no estágio.

Eu vejo que a contribuição era maior em outros tempos, quando o aluno, durante o estágio, e até no final do estágio, trazia alguma aula, alguma orientação pros técnicos, pros pacientes, pros acompanhantes... E de um bom tempo pra cá a gente não tem visto isso. (E6)

Muitas vezes se vê que eles têm um conhecimento enorme, estão junto dos técnicos de enfermagem, mas eles não educam. Então é assim... é uma mão única. A gente passa conhecimento pra eles, e eles... não poderiam passar pra a nossa equipe? (E3)

Eles contribuem com a gente, com o serviço, mas a gente contribui muito mais pra formação deles. (E11)

É necessário, portanto, que a instituição acadêmica, representada pelos docentes supervisores do estágio, busque implementar ações de forma sistematizada, para que os enfermeiros do serviço onde ocorre o estágio sintam-se ainda mais beneficiados, numa parceria que seja positiva para todos os sujeitos envolvidos.

O estágio também tem sido positivo para o serviço, uma vez que, ao buscarem atualizar os seus conhecimentos para melhor acompanhar esses alunos, os enfermeiros trazem mais qualidade à sua assistência aos pacientes.

Quanto às dificuldades, a maioria dos entrevistados relatou enfrentá-las no desenvolvimento do estágio supervisionado. As principais estiveram relacionadas ao tempo, à demanda de trabalho, ao interesse do aluno e à falta de interação com os docentes/supervisores do estágio.

A maior dificuldade é o tempo, porque você não é exclusivo. Ao mesmo tempo em que é preceptor tem também que dar conta de uma demanda específica do seu setor de trabalho. Eu acho que deveria ter horários para a

preceptoria, pra gente poder sentar, discutir, por exemplo, a avaliação.
(E1)

Convém destacar que a Resolução COFEN nº 441/2013 afirma que “é facultado ao enfermeiro do serviço participar da supervisão do estágio curricular supervisionado simultaneamente com as atribuições de enfermeiro do serviço.” (COFEN, 2013, p. 2). Porém, na prática do estágio supervisionado nesse hospital universitário, os preceptores não têm recebido essa opção, percebendo, muitas vezes, a preceptoria como uma imposição, que ocorre como justificativa de sua atuação em hospital de ensino.

Ainda em relação ao pouco tempo para o exercício da preceptoria, os enfermeiros percebem que este é agravado quando a demanda de trabalho que se exige deles é alta, prejudicando, de certa forma, o acompanhamento do aluno.

Algumas vezes quando eu estou sozinha ou quando tem pouco enfermeiro no setor, realmente fica difícil, fica a desejar, porque a demanda de trabalho é muito alta, a gente tem muita coisa, os pacientes são muito complexos. (E3)

Tenho dificuldades quando a rotina de trabalho está muito pesada, quando estou sobrecarregada no setor, porque fica mais difícil fazer as duas coisas [enfermeira assistencial/preceptora], principalmente quando há uma dependência muito grande por parte do aluno. (E7)

Às vezes é estressante devido a rotina do setor [...] se falta funcionário, se tem muito paciente [...] Assim, a gente não tem como fazer aquele acompanhamento do jeito que deveria ser. (E9)

Principalmente quando o enfermeiro fica sozinho no setor, porque as atividades de rotina acabam tomando muito tempo e a gente não dá tanto tempo pro enfermeirando. (E11)

Apesar das dificuldades enfrentadas devido ao escasso tempo associado à alta demanda de trabalho, os enfermeiros relatam que têm buscado superá-las e desempenhar sua função de preceptores da melhor forma possível. Entretanto, essa tarefa se torna mais difícil quando o aluno não tem interesse pelo estágio.

Depende do aluno. A dificuldade maior que eu vejo é o interesse do aluno.
(E8)

Senti dificuldades, porque alguns alunos não têm tanto conhecimento teórico e nem têm conhecimento prático, e aí fica difícil você ensinar a teoria e ensinar a prática. É claro que um é aliado ao outro, mas assim, se

o aluno não tem um conhecimento teórico já fica bem mais complicado, principalmente quando ele não tem interesse. (E10)

Por fim, uma das dificuldades enfrentadas pelos preceptores no desenvolvimento do estágio supervisionado refere-se à pouca interação entre eles e os docentes/supervisores do estágio. Essa dificuldade é bastante presente na categoria a seguir, a qual trata da relação entre as instituições acadêmica e assistencial da universidade, no âmbito do estágio.

7.4 OS AGENTES INSTITUCIONAIS SE COMUNICAM?

A análise dessa categoria permitiu identificar que, na visão dos preceptores, a relação estabelecida entre a instituição acadêmica, representada pelos docentes/supervisores do departamento de enfermagem, e a instituição assistencial, representada pelos enfermeiros assistenciais do HUOL, tem sido de distanciamento e pouca comunicação. Revelam que essa desarticulação entre ensino e serviço termina comprometendo o bom desenvolvimento do estágio.

As falas, a seguir, ilustram a visão dos preceptores e são emblemáticas da referida situação:

Se eu for levar em consideração todo o tempo que estou aqui, eu vou dizer que a relação nem existe, porque é um fato. Os alunos na maioria dos semestres eram jogados e ficavam aqui com a gente e no final vinha a avaliação pra gente fazer. Durante muitos semestres nem contato com os professores a gente tinha, nem sabia. (E1)

Nesses períodos em que acompanhei, realmente eu posso lhe dizer há um distanciamento, porque até então eu não cheguei a conversar com o professor que trouxe este aluno. Muitas vezes esse aluno vem e não é nem apresentado à equipe. (E4)

O professor não vem aqui para ver como é que o aluno está no estágio. Ele vem aqui poucas vezes durante o semestre. Às vezes o aluno termina o estágio e o professor não aparece. (E5)

Eu vejo ainda muito distante essa relação, como se houvesse uma barreira muito grande [...] como se fossem duas coisas totalmente diferentes, nem parecem ser da mesma instituição. O aluno vem pra cá, mas você não tem um contato com o professor, pelo menos eu nunca tive. Geralmente você faz a avaliação pelo papel aqui e eles assinam lá. (E7)

Tem uma certa distância. Eu acho que por ser um hospital escola, deveria ter mais aproximação entre academia e serviço. (E8)

Eu acho que os professores deveriam estar mais presentes aqui para realizar uma aproximação mais direta com o preceptor. Porque a gente tem aproximação com o aluno, mas sente o supervisor muito distante de tudo isso. (E9)

As DCNs, ao tratar do estágio supervisionado, asseguram a participação dos enfermeiros do serviço de saúde, desde a programação do estágio até a supervisão e avaliação deste (BRASIL, 2001a). Entretanto, conforme a visão dos enfermeiros entrevistados, fica evidente que essa participação tem ficado restrita ao acompanhamento do aluno em estágio e sua avaliação ao final.

Carvalho e Fagundes (2008) obtiveram a mesma visão de enfermeiros/preceptores em uma unidade hospitalar na Bahia, os quais revelaram que a inserção do enfermeiro na preceptoria dava-se de forma pouco participativa, de modo que os enfermeiros, muitas vezes, não participavam dos acordos estabelecidos com a universidade, bem como do planejamento do estágio, restando-lhes, apenas, executar o cronograma desenvolvido pelos professores de acordo com o calendário acadêmico.

Além disso, os preceptores queixam-se da ausência do docente na supervisão do aluno, estando atrelada a momentos restritos de visitas pouco produtivas do ponto de vista do enfermeiro. As legislações concernentes ao estágio afirmam que o mesmo deverá ter o acompanhamento efetivo de ambas as partes – professor da instituição de ensino e supervisor (preceptor) da instituição concedente (BRASIL, 2008; COFEN, 2013).

É importante que o preceptor esteja preparado, seguro e disposto para compartilhar a sua experiência em campo de estágio. Porém, sem momentos que promovam o diálogo prévio entre professor, aluno e profissional da instituição concedente, isso não será possível, pois é necessário que o enfermeiro do serviço tenha clareza do processo e se disponha a receber o aluno, colaborando para a sua formação (MARRAN; LIMA, 2011).

Os preceptores sentem que a pouca comunicação entre os agentes institucionais interfere no bom andamento do estágio. Muitas vezes, o aluno inicia as atividades, no seu setor de trabalho, sem haver uma comunicação prévia, e até mesmo a apresentação dos alunos aos preceptores tem sido realizada pela direção de enfermagem do hospital. Essa comunicação não sistemática entre os agentes das instituições envolvidos no estágio supervisionado, muitas vezes, desestimula os enfermeiros ao exercício da função.

Não existe essa relação, essa interação academia/assistência e isso acaba nos deixando insatisfeitos, até mesmo perdemos a vontade de acompanhar esses alunos. (E11)

Sinceramente eu não vejo relação alguma. Eles simplesmente jogam os alunos aqui. A gente não vê o supervisor, ele não vem aqui conversar com a gente... O supervisor do estágio deveria vir conversar, saber quem é que tá acompanhando aqueles alunos, saber direitinho... Até mesmo para os alunos terem um melhor aproveitamento do estágio. (E10)

Há uma distância muito grande, falta comunicação e interação entre eles. Sinto que não existe uma parceria entre as duas instituições. Eu vejo professores se fechando aos enfermeiros, os enfermeiros se fechando aos professores [...] Essa distância acaba repercutindo no aluno que vem para o estágio. Porque quanto mais distante se mantém o departamento da assistência, mais distante é a realidade que o aluno percebe ou que recebe na graduação em relação à assistência [...] Eu esperava que houvesse uma parceria mesmo entre professores e enfermeiros.” (E6)

Uma reflexão pertinente é apresentada por Macêdo et al. (2006), ao tratarem dos cenários de aprendizagem na interseção dos mundos do trabalho e da formação:

Fato marcante é a constância com que a supervisão dos estudantes é feita apenas pelo preceptor, sendo a presença do docente mais espaçada. Esse fato acaba por trazer novos conflitos a essa relação, seja pelo desejo do preceptor de receber uma remuneração diferenciada, já que assume novas responsabilidades no seu processo de trabalho, seja pela desarticulação entre aquilo que emerge da realidade na qual o estudante está inserido e o que o docente tem trabalhado em sala de aula. A noção de uma preceptoria forte – isto é, requisitada e reconhecida – é indiscutível nos cenários de práticas cuidadoras (MACÊDO et al, 2006, p. 244).

Apesar de se reconhecer a necessidade de transformar as relações com os serviços, são escassos os cursos em que o preceptor participa efetivamente, desde o planejamento até a avaliação dos estágios. Mais raras ainda são as experiências em que o preceptor está presente também nas salas de aula, o que permitiria a articulação cotidiana do trabalho e do ensino (MACÊDO et al., 2006).

Além de esperarem uma melhor comunicação com a academia e presença mais eficaz dos docentes/supervisores no campo de estágio, os enfermeiros também ressaltam a necessidade de capacitação e de reconhecimento pelo papel que desempenham na formação dos estudantes.

Eu sinto uma distância muito grande da academia em relação ao estágio, ao campo deles, que é aqui no hospital. Eu acho que os professores eles poderiam até mesmo nos capacitar em algumas coisas, pois é interessante que a gente saiba como a universidade está trabalhando com os alunos. Os

alunos às vezes trazem assuntos pra gente, que nunca vimos na nossa formação ou que nunca trabalhamos com aquilo. (E2)

Eu sinto que é uma relação muito afastada. Eu não vejo um retorno, pelo menos pra mim que sou a preceptora. Gostaria que o supervisor estivesse mais presente para juntos vermos a melhor estratégia para lidar com certas situações que surgem no decorrer do estágio, como o aluno que falta e não comunica, que não tem interesse... (E3)

No estudo de Carvalho e Fagundes (2008), os preceptores também se ressentiram do afastamento dos professores em relação aos campos de estágio. Isso se evidenciou quando identificaram dificuldades para lidar com questões relacionadas à aprendizagem dos alunos, à falta de respaldo para cobrar o cumprimento de atividades e, ainda, ao pouco suporte no processo de avaliação.

Sabe-se que a formação do enfermeiro não pode ocorrer, somente, nos limites das escolas; é necessário, também, o contato com instituições de saúde e a prática profissionalizante nos diversos contextos. Porém, os campos de estágio não podem ser considerados meros locais de aplicação onde os alunos e os preceptores são comandados pelos docentes. É necessário haver parcerias de colaboração, em que existam a capacidade de questionar teorias e práticas de forma aberta e construtiva, e canais de comunicação que sejam permanentemente abertos (ALARCÃO, RUA, 2005).

Uma interação mais efetiva entre as instituições de ensino e os serviços de saúde contribuirá para problematizar os espaços da formação e para identificar necessidades de mudanças, tanto na universidade como nos serviços de saúde. Por isso, entende-se que os estágios constituem momentos privilegiados para a construção de relações renovadas entre esses dois espaços (CARVALHO; FAGUNDES, 2008).

Vale ressaltar que o estágio supervisionado é fundamental para consolidar a articulação ensino/serviço, mas esta não deve encerrar-se neste componente curricular; deve extrapolar seus limites, a fim de romper definitivamente com a divisão entre dois espaços formativos igualmente essenciais.

Assim, na fala dos preceptores, constatou-se não somente a necessidade de uma aproximação maior do supervisor em relação ao estágio, mas, igualmente, a abertura das portas da academia para aqueles que desejam ser mais bem qualificados, citando, entre outras dificuldades, o ingresso no programa de pós-graduação em enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito da presente investigação foi analisar a visão de preceptores de um hospital de ensino acerca do estágio supervisionado. A pesquisa realizada permitiu constatar que os enfermeiros que atuam como preceptores no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) apresentam uma visão positiva acerca dessa experiência, compreendendo também que a sua função é de profunda relevância na formação dos estudantes.

Ao iniciar a pesquisa, constatou-se que os enfermeiros apresentavam dúvidas quanto à estrutura do estágio supervisionado, especialmente quanto aos papéis desempenhados por cada sujeito. Desse modo, a fim de tornar mais claro o objetivo do estágio e sua estrutura, procedeu-se, no início de cada entrevista, a uma discussão com base nas diretrizes curriculares nacionais (DCNs), as quais direcionaram o desenvolvimento deste estudo.

Apesar de não terem demonstrado um conhecimento aprofundado sobre as DCNs e o projeto pedagógico do curso da UFRN, houve consonância entre o modo como os enfermeiros concebem o estágio e o que se preconiza como objetivo na formação do enfermeiro, em conformidade com as diretrizes.

Ficou evidente a importância que os preceptores atribuíram ao estágio como um momento de troca de conhecimentos e experiências, revelando, portanto, uma contribuição à assistência de enfermagem e aos serviços de saúde, na perspectiva do SUS. No entanto, observou-se, ainda, a existência de um pensamento dicotomizado no que diz respeito à relação teoria/prática. Concebem os preceptores como os enfermeiros que têm o domínio da prática e os docentes/supervisores com o domínio teórico, colocando-se, às vezes, à margem da condição de educadores.

Essa percepção decorre de alguma maneira da ausência de interação entre os agentes institucionais, cujas atividades são realizadas isoladamente. Assim, não participando do planejamento e da avaliação do estágio, o preceptor, apesar de acompanhar o estudante na prática e sentir-se como facilitador da aprendizagem, não se julga propriamente na condição de educador.

Apesar disso, os entrevistados consideram como fundamental a função de preceptores. Porém, a distância da qual se ressentem em relação à academia interfere no modo como esses profissionais conduzem o estágio supervisionado, pois se sentem desvalorizados pela instituição acadêmica, o que, às vezes, os desmotiva no exercício dessa atividade.

Ao considerar a função de preceptor como fundamental no processo educativo, os profissionais estão, de certo modo, se comprometendo com uma formação de qualidade, uma

vez que demonstram ter consciência da importância do estágio. Ao mesmo tempo, deixam transparecer o desejo de uma maior atenção por parte da academia, valorizando o seu sentimento de autoestima.

Assim, não basta o preceptor reconhecer a importância da função por ele desempenhada; é essencial que a universidade e o próprio serviço lhe ofereçam condições para tal.

No que se refere ao serviço de saúde, esse deve estar preparado para funcionar como campo de estágio, não somente em sua estrutura física, mas principalmente quanto aos recursos humanos, tendo em vista que os preceptores apontaram a alta demanda de trabalho no hospital como uma das dificuldades no estágio.

A instituição acadêmica, por outro lado, deve contribuir com os serviços de saúde, mantendo um retorno decorrente dessa parceria, no que se refere às pesquisas desenvolvidas, ao processo ensino/aprendizagem, à avaliação do estágio, em constante interação entre os agentes institucionais.

Como principais sugestões dadas pelos preceptores para o melhor desenvolvimento do estágio foram apontadas a ampliação do tempo e uma interação mais efetiva entre preceptores e docentes/supervisores.

Sobre o tempo de estágio, os preceptores consideram que deveria ser ampliado, principalmente para que o aluno tenha a oportunidade de atuar no maior número de setores possível. Consideraram igualmente importante que todos os estudantes tenham experiência em setores mais complexos, como UTI e diálise, atualmente restrito a, apenas, uma parcela dos discentes.

No que diz respeito à interação com a academia, os participantes sugeriram a realização de reuniões entre preceptores e docentes/supervisores, a fim de esclarecer os objetivos do estágio supervisionado, os papéis desempenhados por cada membro e traçar estratégias de resolução de problemas. Além disso, propõem reuniões conjuntas para avaliação do estágio, uma vez que consideram a desejar, a forma de avaliação atual.

Por fim, sugerem que o docente/supervisor esteja mais presente no estágio, buscando interagir também com os preceptores e não somente com os alunos e a direção de enfermagem do hospital, como ocorre atualmente.

Em síntese, deve-se afirmar que a pesquisa realizada, particularmente, no tocante à entrevista com os preceptores, representou um momento de grande significação: em várias ocasiões ocorreu uma reflexão no ato, por parte dos entrevistados, e algumas vezes revelaram não ter pensado sobre a própria condição de preceptor. Essa situação em si considera-se da

maior importância, uma vez que o ato de refletir pode representar um caminho para a mudança na prática desses enfermeiros.

Nesse sentido, sugere-se que essa reflexão estenda-se aos agentes institucionais, envolvendo-os em todas as fases do estágio, do planejamento à avaliação, em um contínuo processo de interação.

A realização deste estudo, portanto, reforça o compromisso da pesquisadora com a formação das novas gerações de enfermeiros, transformando cada vez mais essa atividade, como preceptora do estágio supervisionado, em uma experiência de crescimento profissional e de interação entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I.; RUA, M. Interdisciplinaridade, estágios clínicos e desenvolvimento de competências. **Texto Contexto Enfermagem**, v.14, n.3, p.373-82, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n3/v14n3a08>> Acesso em: 18 ago. 2013.

BENITO, G.A.V. et al. Desenvolvimento de competências gerais durante o estágio supervisionado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.65, n.1, p. 172-8, 2012.

BOUSSO, R.S. et al. Estágio curricular em enfermagem: transição de identidades. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 34, n. 2, p. 218-225, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v34n2/v34n2a13.pdf> >. Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES n.º 3**, de 7 de novembro de 2001a. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem. Brasília (DF), 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES 1.133/2001**, de 3 de outubro de 2001b. Sobre as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em enfermagem, medicina e nutrição. Brasília (DF), 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1133_01.pdf>. Acesso em: 03 out. 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília (DF): 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei 11788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 26 de Set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 18 de outubro de 2013.

CARLOS, D.J.D. **Passado e presente: a enfermagem do Hospital Universitário “Onofre Lopes”**. Natal: UFRN, 2005. 116 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CARVALHO, E.S.S.; FAGUNDES, N.C. A inserção da preceptoría no curso de graduação em enfermagem. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 9, n. 2, p. 98-105, 2008. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/vol9n2_pdf/a12v09n2.pdf> Acesso em: 03 ago. 2013.

COLISELLI, L. et al. Estágio curricular supervisionado: diversificando cenários e fortalecendo a interação ensino-serviço. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.62, n.6, p. 932-7, 2009.

COFEN. **Resolução COFEN 371/2010**: Dispõe sobre participação do Enfermeiro na supervisão de estágio de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://site.portalcofen.gov.br/node/5885>> Acesso em: 07 ago. 2012.

_____. **Resolução COFEN 441/2013**: Dispõe sobre participação do Enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem. Brasília, 2013. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/resolucao-cofen-no-4412013_19664.html> Acesso em: 18 out. 2013.

COSTA, L.M. **A aprendizagem na convivência**: o estágio curricular em enfermagem. Natal: UFRN, 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

FELÍCIO, H.M.S.; OLIVEIRA, R.A. A formação prática de professores no estágio curricular. **Educar**, n. 32, p. 215-32, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a15>> Acesso em: 18 ago. 2013.

FERNANDES, J.D.; LOPES, R.L.M. **Nós, a Enfermagem e a Academia**. Salvador: Étera, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 43. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GABRIELLI, J.M.W. **Formação do enfermeiro**: buracos negros e pontos de luz. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, 2004, 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-27102004-094004/>>. Acesso em: 28 set. 2012.

GALLEGUILLOS, T.G.B.; OLIVEIRA, M.A.C. A gênese e o desenvolvimento histórico do ensino de enfermagem no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 35, n. 1, p. 80-87, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v35n1/v35n1a12.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2012.

GEOVANINI, T. et al. **História da Enfermagem: versões e interpretações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

GERMANO, R.M. **Educação e Ideologia da Enfermagem no Brasil: (1955-1980)**. 3. ed. Ver. E ampl. São Caetano do Sul (SP): Yendis, 2007.

_____. O ensino de enfermagem em tempos de mudança. **Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília**, v. 56, n. 4, p. 365-368, 2003.

GUIZARDI, F.L. et al. A formação de profissionais orientada para a integralidade e as relações político-institucionais na saúde: uma discussão sobre a interação ensino-trabalho. In: PINHEIRO, Roseni; CECCIM, Ricardo Burg; MATTOS, Ruben Araújo de. (Org.). **Ensinar saúde**: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde. 2. Ed. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESQ: ABRASCO, 2006. P. 153-77.

HIRAGASHI, I.H.; NALE, N. O estágio supervisionado de enfermagem em hospitais como espaço de ensino-aprendizagem: uma avaliação. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 5, supl., p. 65-70, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5156/334>> Acesso em: 03 ago. 2012.

ITO, E.E. **O Estágio Curricular segundo a percepção dos enfermeiros assistenciais de um hospital de ensino**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. 102 p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação do Departamento de Orientação Profissional de Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7131/tde-23102006-131145/>>. Acesso em: 28 set. 2012.

LOPES NETO, D. et al. Aderência dos Cursos de Graduação em Enfermagem às Diretrizes Curriculares Nacionais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 60, n. 6, p. 627-634, 2007.

MACÊDO, M.C.S. et al. Cenários de aprendizagem: interseção entre os mundos do trabalho e da formação. In: PINHEIRO, Roseni; CECCIM, Ricardo Burg; MATTOS, Ruben Araújo de. (Org.). **Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde**. 2. Ed. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESQ: ABRASCO, 2006. P. 229-50.

MARRAN, A.L.; LIMA, P.G. Estágio curricular supervisionado no ensino superior brasileiro: algumas reflexões. **Revista e-curriculum**, v.7 n.2, 2011. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/6785/4910>>. Acesso em 12 set. 2013.

MARTINÉLI, D.D. et al. Avaliação do currículo da graduação em enfermagem por egressos. **Cogitare Enfermagem**, v. 16, n. 3, p. 524-529, 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/view/24225/16240>>. Acesso em: 02 out. 2012.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

RIZZOTO, M.L.F. **(Re)Vendo a questão da origem da enfermagem profissional no Brasil: a Escola Anna Nery e o mito da vinculação com a saúde pública**. Campinas (SP): Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1995. 109 p. Dissertação (Mestrado), Campinas, 1995. Disponível em: <<file:///C:/Users/A&A/Downloads/RizzottoMariaLuciaFrizon.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

SANTOS, S.S.C. Currículos de enfermagem do Brasil e as diretrizes: novas perspectivas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 56, n. 4, p. 361-364, 2003.

SENADEn. **Carta de Belém para a educação em enfermagem brasileira**. Belém: Associação Brasileira de Enfermagem, 2012. Disponível em: Disponível em: <http://www.abenmt.org.br/arquivos/CARTA_DE_BELEM.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.

SILVA, M.G. et al. Processo de formação da(o) enfermeira(o) na contemporaneidade: desafios e perspectivas. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 176-184, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n1/v19n1a21.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2012.

TRAJMAN, A. et al. A preceptoria na rede básica da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro: opinião dos profissionais de Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, n. 1, p. 24-32, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33n1/04.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2012.

UFRN. Departamento de Enfermagem. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem da UFRN/Natal**. Natal, RN: UFRN, 2008.

_____. Departamento de Enfermagem. **Regulamento dos estágios supervisionados regulares do curso de enfermagem**. Natal, RN: UFRN, 2013a.

_____. **Site do Hospital Universitário Onofre Lopes**. Visão e Missão. 2013b. Disponível em <http://www.huol.ufrn.br/visao_missao.php>. Acesso dia 10 de Janeiro de 2013.

_____. **Site do curso de enfermagem no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA**. Apresentação. Disponível em <http://www.sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=2000023&lc=pt_BR> Acesso dia 10 de Agosto de 2014.

VILLAR, M..S.; HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSO EM ENFERMAGEM
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO
Campus Universitário, S/N – Lagoa Nova, Natal/RN
CEP:59072-970 Fone:3215 3196

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

ESCLARECIMENTOS

Este é um convite para você participar da pesquisa: **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM: VISÃO DE PRECEPTORES**, que tem como pesquisador responsável a Prof^a Dr^a Raimunda Medeiros Germano.

Esta pesquisa pretende analisar a visão de preceptores acerca do estágio supervisionado de enfermagem na rede hospitalar e da sua participação na formação do enfermeiro.

O motivo que nos leva a fazer este estudo é o desejo de conhecer a visão que o enfermeiro tem a respeito do estágio supervisionado e do seu papel de preceptor para a formação do enfermeiro, a partir da fala deste profissional.

Caso você decida participar, será realizada uma entrevista aberta com questões norteadoras de duração aproximada de 30 minutos em ambiente reservado e com gravação do áudio após assinatura de autorização para esta.

Durante a realização da entrevista, com gravação de áudio, a previsão de riscos é mínima, ou seja, o risco que você corre é semelhante àquele sentido num exame físico ou psicológico de rotina.

Pode acontecer um desconforto ou constrangimento a responder a entrevista, o que será minimizado com a garantia de sigilo absoluto sobre sua identificação, e com direito de se negar a responder a pergunta ou deixar de participar da pesquisa a qualquer momento.

Em caso de algum problema que você possa ter, relacionado com a pesquisa, você terá direito a assistência gratuita que será prestada a partir do contato com o pesquisador responsável e a comprovação de sua real necessidade.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para a Profª Drª Raimunda Medeiros Germano ou Aline Galúcio de Oliveira pelo número 3215-3838.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Os dados que você irá nos fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pelo pesquisador e reembolsado para você.

Se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa você deverá ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, telefone 3215-3135.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável Profª Drª Raimunda Medeiros Germano.

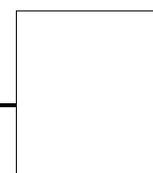
Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM: VISÃO DE PRECEPTORES**, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Natal/RN, ____ de _____ de 2013.

Participante

Profª Drª Raimunda Medeiros Germano



Impressão
datiloscópica do
participante

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM: VISÃO DE PRECEPTORES

PARTE I – PERFIL PROFISSIONAL DOS ENTREVISTADOS

1. Idade: _____
2. Sexo: () Masculino () Feminino
3. Nível de formação:
 - () Graduação
 - () Especialização concluída () Especialização em andamento
 - () Mestrado concluído () Mestrado em andamento
 - () Doutorado concluído () Doutorado em andamento
4. Tempo de formação em enfermagem: _____
5. Tempo de atuação como enfermeiro no HUOL: _____
6. Atuação como docente: () Sim () Não
7. Setor de trabalho: _____
8. Frequência (número de semestres) com que foi preceptor de alunos em estágio supervisionado em seu setor de trabalho no HUOL: _____
9. Último semestre em que atuou como preceptor: _____

PARTE II – QUESTÕES NORTEADORAS

1. O que você tem a dizer a respeito do estágio supervisionado para a formação dos novos profissionais de enfermagem?
2. Como você percebe a sua função de preceptor dos alunos em estágio supervisionado no seu setor de trabalho?
3. Como tem sido a experiência de acompanhar os alunos em estágio supervisionado no seu setor de trabalho? Fale um pouco sobre isto.
4. Na sua visão o estágio tem trazido contribuições ao serviço? Fale um pouco sobre isto.
5. Você enfrenta dificuldades para desempenhar a função de preceptor de alunos em estágio supervisionado? Fale um pouco sobre isto.
6. Como tem sido a relação entre a instituição acadêmica e a assistencial da UFRN no que diz respeito ao estágio supervisionado?

7. Que sugestões você poderia dar para o melhor desenvolvimento desse estágio no HUOL?

ANEXOS

ANEXO A

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM**

**REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS REGULARES DO CURSO DE
ENFERMAGEM**

O presente regulamento tem por objetivo normatizar a realização dos Estágios Supervisionados Regulares do Curso de Graduação em Enfermagem, campus Natal, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), de forma a orientar a realização dessas atividades obrigatórias de formação, que devem representar vinte por cento da carga horária total do curso e serem realizados nos dois últimos períodos letivos, sob supervisão docente de forma indireta e preceptoria de enfermeiros dos serviços de forma direta, conforme estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO I

Do Caráter e Definição

Artigo 1º - O Estágio Supervisionado Regular é uma atividade curricular de caráter obrigatório, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem da UFRN, considerado um componente indispensável à integralização curricular.

Parágrafo único - O Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem da UFRN, câmpus Natal, é composto por duas atividades curriculares de Estágio Supervisionado Regular, sendo elas: CEN2009 Estágio Supervisionado I: o processo de trabalho do enfermeiro na Atenção Básica de Saúde e CEN2010 Estágio Supervisionado II: o processo de trabalho do enfermeiro na rede hospitalar.

Artigo 2º - É definido como componente obrigatório pela Resolução CNE/ CES nº 3, de 7 de novembro de 2001 que instituiu as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem, em seu Art. 7º: *“Na formação do Enfermeiro, além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e*

especializados, ambulatórios, rede básica de serviços de saúde e comunidades nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem.

Parágrafo Único. *Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio curricular supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o referido estágio. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá totalizar 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Enfermagem proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação”.*

Artigo 3º - O Regulamento de Cursos Regulares de Graduação da UFRN - Resolução nº 227/2009 – CONSEPE/UFRN, de 03 de dezembro de 2009, define em seu Título VI, Capítulo IV, Seção IV, o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do educando para o trabalho produtivo.

Parágrafo único – Será caracterizado como uma atividade acadêmica específica do tipo atividade especial coletiva, quando o professor orienta coletivamente um grupo de alunos em atividades de prática para o exercício profissional.

CAPÍTULO II

Da Obrigatoriedade

Artigo 4º - Os Estágios Supervisionados Regulares estão mencionados nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, conforme disposto na Resolução CNE/CES nº 3 de 07 de novembro de 2001, devendo corresponder ao mínimo de 20% da carga horária total do curso.

Artigo 5º - Os Estágios Supervisionados Regulares do Curso de graduação em Enfermagem deverão ser realizados somente quando do cumprimento dos componentes curriculares anteriores aos dois últimos períodos letivos do curso, conforme pré-requisitos estabelecidos em sua estrutura curricular.

CAPÍTULO III

Das Condições para Realização dos Estágios

Artigo 6º - Os Estágios Supervisionados Regulares serão realizados em setores e unidades de saúde da UFRN ou em setores e unidades de saúde públicas ou privadas conveniadas, sob a responsabilidade e coordenação dos docentes do Departamento de Enfermagem (DENF) da UFRN.

Parágrafo único - Para os Estágios Supervisionados Regulares desenvolvidos junto a pessoas jurídicas de direito público e privado, faz-se necessária a formalização de convênio a ser firmado diretamente com a UFRN ou com agentes de integração com ela conveniados.

Artigo 7º - A realização de Estágio Supervisionado Regular junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado se dará mediante assinatura de termo de compromisso celebrado entre o discente e a parte concedente, com interveniência obrigatória da Coordenação do Curso de Graduação em Enfermagem, por meio de preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso do Estagiário para realização de Estágio Supervisionado Regular (Apêndice A).

Parágrafo único - Cabe exclusivamente à coordenação do curso representar a UFRN na formalização do Termo de Compromisso do Estagiário para realização de Estágio Supervisionado Regular.

Artigo 8º - Os Estágios Supervisionados Regulares somente poderão ocorrer em unidades que tenham condições de:

- I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estudante;
- II - dispor de um profissional enfermeiro para assumir a preceptoria do estudante.

Artigo 9º - O estudante na condição de estagiário não gera, em hipótese alguma, vínculo empregatício de qualquer natureza e não pode ser remunerado.

Artigo 10º - O estagiário deve, em qualquer situação, estar assegurado contra acidentes pessoais, por meio de seguro de vida e contra acidentes, que deverá ser providenciado pela UFRN, sob responsabilidade da Coordenação de Curso encaminhar a relação dos estudantes a serem segurados previamente para os órgãos institucionais responsáveis por esta atividade.

Artigo 11º - Em nenhuma hipótese pode ser cobrada ao estagiário qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para a obtenção e realização dos Estágios Supervisionados Regulares.

CAPÍTULO IV

Do Propósito, Competências, Habilidades e Valores em Formação

Artigo 12º - Os Estágios Supervisionados Regulares têm como propósito o desenvolvimento de competências e habilidades para intervir no processo de trabalho da enfermagem nos diversos níveis de atenção à saúde, em serviços de atenção básica, média e alta complexidade.

Artigo 13º - Os Estágios Supervisionados Regulares visam o desenvolvimento nos estudantes das seguintes competências/habilidades/valores/atitudes:

1. Estímulo à consciência ética e formação de profissionais cidadãos comprometidos com o Sistema de Saúde;
2. Atuação nos diversos níveis de atenção à saúde em consideração aos pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico;
3. Desenvolvimento da visão da integralidade da atenção articulada às ações de serviços de Atenção Básica, Média e de Alta complexidade;
4. Intervenção no processo saúde-doença com responsabilidade pela qualidade do cuidado de enfermagem nos diferentes níveis de atenção à saúde;
5. Integração das ações de enfermagem às ações multiprofissionais, na promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, numa perspectiva de trabalho interdisciplinar e intersetorial;
6. Gerenciamento do processo de trabalho em enfermagem em todas as áreas de atuação profissional com ênfase na formação generalista;
7. Gerenciamento dos serviços de saúde e de enfermagem nos diversos níveis de atenção à saúde;
8. Planejamento, implementação e participação nos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;
9. Planejamento e implementação das ações de vigilância à saúde, considerando a especificidade dos diferentes perfis de grupos sociais e dos distintos processos de saúde-doença;
10. Desenvolvimento, participação e aplicação dos processos de investigação e outras formas de produção de conhecimento que objetivam a qualificação da organização tecnológica que dá suporte à prática profissional;
11. Respeito aos preceitos éticos, valores, princípios e atos normativos da profissão;
12. Intervenção na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como sujeito de transformação;
13. Participação na composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde e de enfermagem;
14. Realização da avaliação epidemiológica e clínica dos indivíduos e grupos sociais;
15. Correlacionamento do perfil da população com seus determinantes e com a organização dos serviços de saúde;
16. Estabelecimento de planos estratégicos de ação da equipe de enfermagem na intervenção coletiva em saúde;
17. Identificação das necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes;
18. Aplicação de cuidados de enfermagem compatíveis com as necessidades do indivíduo, família e dos diferentes grupos sociais;
19. Sistematização de planos de intervenção clínico-epidemiológica em serviços de atenção básica, média e alta complexidade, de forma segura e humanizada;

20. Identificação de competências e determinação dos responsáveis pelas ações e procedimentos no processo de cuidar da enfermagem, institucionalizados ou não;
21. Avaliação de qualidade e do impacto das ações implementadas na prática da enfermagem;
22. Utilização de instrumentos gerenciais de planejamento, organização e avaliação na gerência de serviços nos diversos níveis de atenção à saúde;
23. Adoção de métodos e princípios científicos na realização do processo de investigação;
24. Aplicação de resultados da produção de conhecimentos específicos ou de outras áreas no aprimoramento da prática profissional.
25. Participação ativa junto aos órgãos e entidades de classe, de forma a garantir o exercício ético e político para atuação profissional.

Parágrafo único - As atividades dos Estágios Supervisionados Regulares deverão ser desenvolvidas de acordo com a proposta educacional, a missão do curso e os princípios e Diretrizes do Projeto Pedagógico vigente.

CAPÍTULO V

Do Funcionamento e Equipe dos Estágios Supervisionados Regulares

Artigo 15º - Os Estágios Supervisionados Regulares deverão ser desenvolvidos em serviços de saúde nos diversos níveis de atenção, desde a atenção básica, média até os de alta complexidade, e ter como base um programa e carga horária a serem cumpridos conforme exigências do Projeto Pedagógico do Curso, quando o aluno será supervisionado indiretamente em suas atividades de estágio por docente enfermeiro do Departamento de Enfermagem da UFRN e supervisionado diretamente por um enfermeiro do serviço que atuará como preceptor.

Artigo 16º - As equipes dos Estágios Supervisionados Regulares serão compostas pelo coordenador do curso, coordenador de estágios, docentes supervisores, enfermeiros preceptores dos serviços de saúde e alunos devidamente matriculados nestas atividades.

Parágrafo 1º - Compete ao coordenador do curso, que se constitui de um professor do quadro permanente do departamento de Enfermagem da UFRN:

§ 1º - Confirmar matrícula dos estudantes via SIGAA; (incisos???)

§ 2º - Garantir seguro para os estudantes;

§ 3º - Conferir termos de estágios e convênios;

§ 4º - Appreciar os planos de atividades de estágios no início de cada período letivo;

§ 5º - Analisar e aprovar o cronograma de acompanhamento das atividades de estágios;

Parágrafo 2º - Compete ao coordenador de estágios, que se constitui de um professor do quadro permanente do departamento de Enfermagem da UFRN dentre os supervisores de estágio: § 1º - Articular com instituições de saúde as vagas para realização dos estágios e formalizar o encaminhamento dos estudantes e supervisores;

§ 2º - Verificar a necessidade da celebração ou atualização dos convênios;

§ 3º - Promover de forma processual a integração entre a UFRN e os enfermeiros preceptores, com promoção de atividades para formação/qualificação da preceptoria;

§ 4º - Realizar reuniões com docentes supervisores e preceptores para planejamento, acompanhamento e avaliação dos estágios;

§ 5º - Mediar e resolver conflitos relacionados aos estágios e garantir o seu funcionamento.

Parágrafo 3º - Compete aos docentes supervisores, que se constituem de professores do quadro do departamento de Enfermagem da UFRN:

§ 1º - Participar do planejamento, acompanhamento e avaliação dos estágios junto à coordenação dos estágios;

§ 2º - Realizar visitas sistemáticas aos Serviços de Saúde para o devido acompanhamento dos estudantes nos estágios, com periodicidade mensal;

§ 3º - Manter contatos permanentes com os preceptores para orientação sobre o programa e o monitoramento dos estágios;

§ 4º - Realizar reuniões com os estudantes e preceptores para avaliação dos estágios; § 5º - Estimular a participação dos preceptores nos grupos de pesquisa do DENF.

Parágrafo 4º - Compete aos enfermeiros preceptores dos serviços de saúde, que se constituem em enfermeiros dos serviços de saúde da UFRN ou conveniado:

§ 1º - Receber o estudante na unidade de saúde;

§ 2º - Acompanhar diretamente o aluno nas atividades desenvolvidas mediante o programa dos estágios;

§ 3º - Apoiar os estudantes por meio de orientações e supervisão conforme as necessidades demandadas;

§ 4º - Manter contatos permanentes com o docente supervisor para mantê-lo informado sobre o andamento dos estágios;

§ 5º - Realizar avaliações periódicas do desempenho do aluno conforme orientação do docente supervisor;

§ 6º - Participar das reuniões com alunos e docentes supervisores para avaliação dos estágios;

§ 7º - Participar de atividades de formação/qualificação promovidas pelo Departamento de Enfermagem, especificamente para o desenvolvimento das atividades de preceptoria.

Parágrafo 5º - Compete aos alunos matriculados nas atividades dos Estágios Supervisionados Regulares:

§ 1º - Cumprir a programação estabelecida com pontualidade e assiduidade;

§ 2º - Cumprir as exigências legais regulamentadoras;

§ 3º - Agir conforme os preceitos éticos e profissionais considerando o Código de Ética e a Lei do Exercício Profissional de Enfermagem;

§ 4º - Participar das reuniões e atividades agendadas;

§ 5º - Esclarecer dúvidas junto à coordenação, docente supervisor e preceptor;

§ 6º - Manter bom relacionamento com todos os profissionais dos serviços utilizados para realização dos estágios;

§ 7º - Cumprir integralmente o cronograma de atividades dos estágios programadas para todo o período de realização dos estágios.

CAPÍTULO VI

Do Processo Avaliativo

Artigo 17º - A avaliação do Estágio Supervisionado Regular ocorrerá de forma contínua e abrangerá a avaliação das condições de aprendizagem ofertadas pelo campo e a avaliação do desempenho do estudante.

Artigo 18º - A avaliação das condições de aprendizagem deverá ser feita mediante visitas e reuniões que envolverão a coordenação de estágio, os docentes supervisores e os preceptores.

Artigo 19º - A avaliação do desempenho do estudante, com caráter formativo, deve ser feita pelo preceptor, por setor de atuação, a partir de um instrumento elaborado (Apêndices B e C) para este fim, e tomará como base as competências e habilidades que abordarão aspectos cognitivos, técnicos e atitudinais.

Artigo 20º - O docente supervisor deverá acompanhar a avaliação de desempenho do aluno e auxiliar/orientar o preceptor conforme necessidades.

Artigo 21º - Ao final do Estágio Supervisionado Regular o aluno deverá apresentar um relatório final conforme modelo (Apêndice D), que será avaliado pelo docente supervisor.

Artigo 22º - Para fins de avaliação final dos Estágios Supervisionados Regulares será levado em consideração o cumprimento da carga horária total da atividade, devendo, obrigatoriamente, cumprir integralmente a carga horária sob pena de não aprovação por nota, comprovado por instrumento próprio de registro de frequência, assinado pelo preceptor que confirmará a presença (Apêndice E).

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 23º - A antecipação dos estágios e/ou seu aproveitamento, bem como solicitação para cursar os Estágios Supervisionados Regulares I e II concomitante serão vetadas, não havendo possibilidades de negociação para antecipar a integralização curricular do curso.

Parágrafo único - Somente nas situações específicas de comprovação de aprovação em concurso público e nomeação para cargo efetivo, bem como documento que oficialize sua contratação em serviços privados, os estudantes do último período do curso poderão solicitar aproveitamento e/ou antecipação das atividades, desde que cumprido o mínimo de 50% dos componentes curriculares do semestre, mediante requerimento escrito devidamente comprovado, que serão analisados e deliberados pelo Colegiado do Curso de Graduação para cada caso específico.

Artigo 24º - Os Estágios Curriculares Regulares serão realizados nos serviços de saúde do município de Natal e região metropolitana, na rede própria e conveniada da UFRN.

Parágrafo primeiro - Os estudantes que excepcionalmente expressarem interesse em realizá-los em outros municípios, deverão solicitar análise e deliberação ao Colegiado do Curso de Graduação, desde que seja celebrado convênio entre a instituição demandante e a UFRN, disponibilidade de enfermeiros interessados em atuar como preceptores, e docente supervisor do DENF sem ônus adicionais e prejuízo às atividades exercidas pelo docente naquele semestre letivo.

Parágrafo segundo - Os casos de Mobilidade Universitária em que o aluno curse componentes curriculares para aproveitamento dos Estágios Supervisionados Regulares obedecerão aos mesmos critérios de cumprimento de carga horária e conteúdo programático dos demais componentes e deverão ser realizados mediante formalização do processo de mobilidade com aceite de outra IES cujo curso seja reconhecido pelo MEC.

Artigo 25º - Os casos não previstos, situações especiais e dúvidas emanadas deste Regulamento serão resolvidos exclusivamente pelo Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem.

Artigo 26º - Este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Serviço da UFRN.

Natal/RN, 25 de junho de 2013.

ANEXO B**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENFERMAGEM: VISÃO DE PRECEPTORES **Pesquisador:** Raimunda Medeiros Germano **Área Temática:**

Versão: 1

CAAE: 17800613.9.0000.5537

Instituição Proponente: Pós-Graduação em Enfermagem

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer:

334.686 **Data da Relatoria:**

28/06/2013

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa visa avaliar o papel do estágio supervisionado de alunos de graduação de enfermagem pela visão dos preceptores que serão o objeto da pesquisa. A pesquisa representa um projeto para elaboração de dissertação de mestrado do curso de Mestrado em Enfermagem. Serão envolvidos na pesquisa 20 enfermeiros que trabalham no Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL, atuando como preceptores.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa é analisar a visão dos preceptores acerca do estágio supervisionado de enfermagem na rede hospitalar e de sua participação na formação do enfermeiro.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram mencionados os riscos e benefícios da realização da pesquisa, sendo apontados como riscos algum tipo de constrangimento ao responder determinadas questões durante as entrevistas, mas isto será minimizado pelo sigilo, característica em pesquisa científica. Os benefícios mencionados foram a melhoria dos estágios, possibilitando melhor formação dos profissionais da enfermagem.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, contendo os pontos essenciais para o seu desenvolvimento. Serão realizadas entrevistas sendo apresentado um roteiro para sua execução e estas entrevistas serão gravadas, sendo incluído no processo o Termo de Autorização para gravação de voz.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos de apresentação obrigatória estão presentes no processo. Tanto o TCLE quanto o documento de Autorização de gravação de voz estão bem elaborados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após revisão ética do protocolo em questão, concluímos que o mesmo se encontra bem instruído e obedecendo às normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo o ser humano.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Em conformidade com a Resolução 466/12 - do Conselho Nacional de Saúde - CNS e Manual Operacional para Comitês de Ética - CONEP é da responsabilidade do pesquisador responsável:

1. elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinatura estar na mesma folha (Res. 466/12 - CNS, item IV.5d);
2. desenvolver o projeto conforme o delineado (Res. 466/12 - CNS, item XI.2c);
3. apresentar ao CEP eventuais emendas ou extensões com justificativa (Manual Operacional para Comitês de Ética - CONEP, Brasília - 2007, p. 41);
4. descontinuar o estudo somente após análise e manifestação, por parte do Sistema CEP/CONEP/CNS/MS que o aprovou, das razões dessa descontinuidade, a não ser em casos de justificada urgência em benefício de seus participantes (Res. 446/12 - CNS, item III.2u) ;
5. elaborar e apresentar os relatórios parciais e finais (Res. 446/12 - CNS, item XI.2d);

6. manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa (Res. 446/12 - CNS, item XI.2f);

7. encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto (Res. 446/12 - CNS, item XI.2g) e,
8. justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou não publicação dos resultados (Res. 446/12 - CNS, item XI.2h).

NATAL, 16 de Julho de 2013

**Assinador por:
Dulce Almeida
(Coordenador)**